

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

ANA MARIA ZANELLA

**A PROVA “FRÁGIL”: ANÁLISE DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO DO
TRABALHO**

CURITIBA
2017

ANA MARIA ZANELLA

**A PROVA “FRÁGIL”: ANÁLISE DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO DO
TRABALHO**

Monografia apresentada à Faculdade de
Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Direito com habilitação em
Relações Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuska

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA MARIA ZANELLA

A PROVA “FRÁGIL”: ANÁLISE DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO DO TRABALHO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito com habilitação em Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

PROF. DR. PAULO RICARDO OPUSZKA, Professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho da Universidade Federal do Paraná.

PROF. DR. MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR, Professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho da Universidade Federal do Paraná.

PROF. DR. SIDNEI MACHADO, Professor de Direito do Trabalho e Seguridade Social no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 17 de novembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Sandra e Moacir, ao meu padrasto, Flavio Jose Correa, e aos meus irmãos, Caroline e Matheus, pelo incentivo na busca de conhecimento e pelo apoio ao longo dessa jornada. Vocês são meus exemplos de amor e dedicação. Sem vocês, nada disso seria possível!

Também agradeço ao Fernando Cesar por todo cuidado e carinho. A todos os amigos do curso de Direito, em especial, a Fernanda Velozo, Vanessa Furioso, Wendy Moreira, André Bittencourt, Januncio Medeiros e José Cidade, pela paciência e por tornarem meus dias muito mais divertidos durante estes últimos cinco anos.

A todos os servidores da Biblioteca de Ciências Jurídicas, pelo convívio e carinho. A amável Milena Starepravo, servidora da Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito, pelo auxílio e amizade.

Aos servidores e magistrados da 04ª Vara do Trabalho de Curitiba, na qual tive o enorme privilégio de estagiar. Levarei o aprendizado por toda minha vida.

Agradeço, por fim, a todos os professores, especialmente a Thereza Cristina Gosdal, professora de Direito do Trabalho, Célio Horst Waldraff, professor de Direito Processual do Trabalho, Paulo Ricardo Opuszkka, orientador e professor de Direito Processual do Trabalho, e Sidnei Machado, professor do Núcleo de Prática Jurídica Trabalhista.

"A verdade é, ao mesmo tempo, frágil e poderosa. Frágil porque os poderes estabelecidos podem destruí-la, assim como mudanças teóricas podem substituí-la por outra. Poderosa, porque a exigência do verdadeiro é o que dá sentido à existência humana" **Marilena Chauí**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a prova testemunhal no processo do trabalho. Inicialmente, será abordado o princípio da oralidade, pois é no processo oral que será possível colher as impressões pessoais necessárias para obter o real acontecimento dos fatos. Em segundo lugar, serão apresentados alguns pontos referentes a teoria geral da prova. Sendo inegável que a prova possui a finalidade de convencer o juízo sobre a existência ou não de fatos narrados pelas partes, a produção da prova em audiência é essencial para o processo de descobrimento da verdade. Em terceiro será abordado, especificamente, a prova testemunhal, pois dentre os diversos meios de prova este é o mais utilizado no âmbito da justiça do trabalho e, embora presente em quase todas as ações, é considerada a “prostituta das provas”. Ademais, serão apresentadas técnicas elaboradas pela psicologia do testemunho que possuem como objetivo auxiliar os operadores do direito com elementos científicos que possam contribuir para a inquirição das testemunhas, bem como na valoração da prova produzida.

Palavras-chave: Processo do trabalho; oralidade; provas; testemunha; psicologia do testemunho.

ABSTRACT

This paper aims to study the testimonial evidence in the labor process. Initially, the principle of orality will be addressed, because it is in the oral process that it will be possible to collect the personal impressions necessary to obtain the real event of the facts. Secondly, some points will be presented concerning the general theory of proof. Since it is undeniable that evidences have the purpose of convincing the judgment on the existence or not of the facts narrated by the parties, the production of the evidence in audience is essential in the search for the truth. Thirdly, it will be specifically addressed the testimonial evidence, since among the various means of proof this is the most used in the labor justice field and, although present in almost all actions, is considered the "prostitute of evidence", which justifies the need to study the subject. In addition, techniques developed by the psychology of witnessing will be presented, which objective is to assist legal operators with scientific elements that can contribute to the witnesses' inquiry, as well as to the evaluation of the evidence produced.

Keywords: Work process; orality; evidences; witness; psychology of testimony.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PRINCIPIO DA ORALIDADE	9
2.1	PREVALÊNCIA DA PALAVRA ORAL SOBRE A ESCRITA	10
2.2	IMEDIATIDADE DO JUIZ NA COLHEITA DA PROVA	11
2.3	IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ	13
2.4	CONCENTRAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS EM AUDIÊNCIA	14
2.5	IRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	16
3	DAS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO	19
3.1	CONCEITO E FINALIDADE DA PROVA	19
3.2	OBJETO DA PROVA	21
3.3	ÔNUS DA PROVA	24
3.4	VALORAÇÃO DA PROVA	26
3.5	VERDADE REAL E VERDADE FORMAL	29
4	A PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO DO TRABALHO	32
4.1	A TESTEMUNHA E A PROVA TESTEMUNHAL	32
4.2	PROCEDIMENTOS PARA A PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL	37
4.3	DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA TESTEMUNHA	43
4.4	FRAGILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL	45
4.5	PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO	47
5	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A prova é essencial no processo, pois ela vai buscar a verdade dos fatos alegados pelas partes para então solucionar os conflitos. Diante disso, o presente trabalho pretende analisar a prova testemunhal na seara do processo do trabalho, pois claramente ela é o meio de prova mais utilizado, bem como entender os motivos dela ser considerada por muitos doutrinadores como o meio mais inseguro.

Assim, no primeiro capítulo, será analisado o princípio da oralidade, pois é no processo oral que será possível colher as impressões pessoais necessárias para obter o real acontecimento dos fatos. Convém ressaltar, que por possuir procedimentos essencialmente orais e por ser um processo de audiência, onde são realizados os principais atos do fenômeno jurídico, o princípio da oralidade encontra seu ápice no processo do trabalho. Além disso, a melhor doutrina defende que é possível subdividi-lo em: prevalência da palavra oral sobre a escrita, imediatidade do juiz na colheita da prova, identidade física do juiz, concentração dos atos processuais em audiência e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

No segundo capítulo, serão estudados os elementos centrais da teoria geral das provas, ou seja, o seu conceito, finalidade e objeto, bem como o ônus, a valoração da prova e a diferenciação entre a verdade real e a verdade formal.

No terceiro e último capítulo, será realizada a análise da prova testemunhal. Aborda-se inicialmente o conceito da prova testemunhal, bem como da testemunha em si, quem podem depor, seus direitos e deveres no processo. A produção da prova testemunhal como um todo. Do número, comparecimento da testemunha, do compromisso, do falso testemunho e da contradita. Em continuidade será abordada a fragilidade da prova testemunhal, pois a testemunha apresenta ao juízo apenas as suas percepções dos fatos, estando sujeita muitas vezes a defeitos de informação. Finalmente, será estudado algumas questões referentes aos aspectos psicológicos da prova testemunhal, pois muitos fatores de ordem psicológica podem interferir diretamente na qualidade do testemunho. Assim, será apresentada uma pequena parte da significativa contribuição da psicologia do testemunho, ramo da psicologia jurídica, no âmbito do processo do trabalho.

2. PRINCIPIO DA ORALIDADE

A oralidade é o modo mais antigo de estabelecer diálogo entre indivíduos. Ela constitui a base para estabelecer vínculos na sociedade, inclusive, sendo amplamente utilizada na troca de conhecimentos, para construir debates e solucionar conflitos¹.

Sobre o princípio da oralidade Mauro Schiavi dispõe que:

O princípio da oralidade constitui um conjunto de regras destinadas a simplificar o procedimento, priorizando a palavra falada, com um significativo aumento dos poderes do juiz na direção do processo, imprimindo maior celeridade ao procedimento e efetividade da jurisdição, destacando o caráter publicista do processo².

Acrescenta o autor que, atualmente, o princípio da oralidade é próprio do direito processual comum, contudo é no processo do trabalho que ele encontra seu ápice, principalmente, por possuir procedimentos essencialmente orais e ser um processo de audiência³.

Sobre o tema, Francisco Rossal de Araújo afirma que a oralidade vai proporcionar a cooperação entre juízes, advogados, promotores, servidores e peritos, que passam a conduzir seus comportamentos através da boa-fé processual, pois 'processo' é entendido como um fenômeno social e sua solução rápida busca o interesse público, sendo que as práticas processuais de má-fé devem ser punidas com rigor⁴.

Assim, através do processo oral, é possível que as partes monitorem umas às outras no caso de comportamento processual inapropriado ou de má-fé, propiciando uma visão democrática do processo⁵.

¹ RUIZ, Ivan Aparecido; ROSSANEIS, Ana Claudia. Estudo crítico do princípio da oralidade no processo civil: releitura da utilização como instrumento de efetivação dos Direitos da Personalidade. In: Celso Hiroshi Iocohama, Jânia Maria Lopes Saldanha, Flávia Leite. (Org.). Processo e Jurisdição I. 1ªed.FUNJAB. 2014, v. 1, p. 237.

² SCHIAVI, Mauro. Provas no processo do trabalho. 5ª ed. São Paulo. LTr. 2017, p. 45.

³ Ibidem, p. 46.

⁴ ARAÚJO. Francisco Rossal de. A oralidade e o processo do trabalho. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kH-xFB5q4E8J:www.trt4.jus.br/ItemPortlet/download/2410/05.A_oralidade_e_o_processo_do_trabalho.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 ago. 2017., p.1

⁵ Idem.

Araújo salienta que o juiz ostenta o caráter de autoridade pública apoiada na lei, direcionando o processo com a contribuição das partes que, por sua vez, supervisionam as condutas mutuamente. Logo, é no processo oral, mais especificamente durante as audiências, que será possível obter impressões pessoais que serão regidas de maneira a honrar a imparcialidade, o contraditório e a publicidade⁶.

Ainda, contrariamente do que se pressupõem, o juiz do trabalho e professor da UFRGS, explica que os poderes do juiz são elevados no processo escrito, visto que não estando na presença das partes, ele não possui o mesmo limite moral. Sendo assim, o acompanhamento por parte dos advogados é fundamental para atenuar os riscos de ampliação do poder do juiz no gerenciamento dos atos processuais⁷.

Ademais, as melhores doutrinas defendem, com base nas obras de Giuseppe Chiovenda, que o princípio da oralidade abrange outros subprincípios que imprimem ao processo oral seu aspecto particular, sendo eles:

2.1 PREVALÊNCIA DA PALAVRA ORAL SOBRE A ESCRITA

A oralidade pode ser traduzida como o predomínio da palavra oral. No entanto esta deve ser documentada, mediante termo grafado, seja pela secretaria ou na ata de audiência, uma vez que “as palavras voam e as escritas permanecem - *verba volant, scripta manent*”⁸.

Nesse sentido, Chiovenda ao afirmar que:

O princípio da oralidade não exige em rigor a exclusão da escrita no processo, como o nome poderia levar os desavisados a presumir, uma vez que a escrita, como meio aperfeiçoado, que é, de exprimir o pensamento e de conservar-lhe duradouramente a expressão, não pode deixar de ocupar no processo o lugar que ocupa em qualquer relação da vida⁹.

⁶ ARAÚJO, F. R. A oralidade e o processo..., p.1

⁷ Idem.

⁸ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Curso de direito processual do trabalho. Vol I. São Paulo, LTr, 2009, p. 64.

⁹ CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil, v.3. 2ª ed. São Paulo. Edição Saraiva, 1965, p. 51

A esse respeito, Schiavi afirma que a predominância da palavra oral transparece em audiência, na ocasião em que as partes se dirigem direta e oralmente ao magistrado, expondo seus requerimentos, perguntas, protestos, contraditas, elaborando as razões finais, entre outros, e, assim como as partes, o magistrado, também oralmente, decidirá as questões em audiência, mandando elaborar o registro em ata¹⁰. Já no âmbito dos tribunais, a oralidade se dá na sessão de julgamento, iniciando-se pela leitura do relatório, seguindo da sustentação oral da tribuna e nas intervenções dos advogados, cujo objetivo é esclarecer equívoco ou dúvida surgidas em relação aos fatos, documentos ou afirmações capazes de influenciar no julgamento e, por fim, da votação oral, dos membros do corpo julgador¹¹.

2.2 IMEDIATIDADE DO JUIZ NA COLHEITA DA PROVA

O propósito do princípio da imediação é que o magistrado, responsável por proferir a sentença, estabeleça proximidade com as partes, com as testemunhas, com os peritos, bem como com os demais objetos do processo, de forma a analisar as declarações obtidas na fase probatória através da sua impressão imediata¹².

Ao dispor sobre a imediatidade do juiz na colheita da prova, Jorge Luiz Souto Maior sustenta que:

é a imediatidade, que fornece ao juiz meios de avaliar a veracidade das alegações, analisando não o que as pessoas - partes e testemunhas - lhe dizem, mas como o fazem. Conforme visão de Platão, "a escrita é morta e não transmite pensamento senão na significação descolorida e imperfeita dos signaes, ao passo que na viva voz fallam a physionomia, os olhos, a côr, o movimento, o tom, o modo de dizer e tantas outras diversas circumstancias, que modificam e desenvolvem o sentido das palavras, facilitando-lhes a inteira e exacta compreensão".¹³

Sobre o tema, o doutrinador clássico, Manoel Antonio Teixeira Filho afirma que será na audiência que:

¹⁰ SCHIAVI, M. Provas no processo..., p. 46.

¹¹ TEIXEIRA FILHO, M. A. Curso de direito..., p. 64.

¹² CHIOVENDA, G. Instituições de direito..., p. 53.

¹³ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O princípio da oralidade no processo do trabalho. Diário das Leis Trabalhistas, v.3, p.11 - 14, 2000. Disponível em: http://www.jorge-soutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/o_princ%C3%8Dpio_da_oralidade_no_processo_do_trabalho.pdf. Acesso em: 24/08/2017.

o juiz poderá – olhos nos olhos – acompanhar e avaliar as reações psicológicas ou emocionais das partes e testemunhas às perguntas efetuadas, verificando se as respondem com segurança ou com hesitação, se tergiversam, se o fazem com serenidade ou com grande nervosismo, etc, É nesse instante, enfim, que o juiz, mais do que um condutor de audiências, ou um interrogador, age como analista sutil e arguto do psiquismo humano – habilidade que as experiências da vida cuidam de acumular-lhe no espírito, aprimorando-lhe a técnica.¹⁴

Cumpre enfatizar, portanto, que é o juiz do trabalho que possui maior contato com as partes e testemunhas do processo. Ele é responsável por colher diretamente a prova, e assim, é capaz de senti-la, a fim de descobrir o que existe de verdadeiro ou sincero em cada declaração ou informação¹⁵.

Nesse sentido, é o entendimento da 6ª Turma do Tribunal do Trabalho da 9ª Região:

TRT-PR-11-11-2016 PROVA ORAL. VALORAÇÃO. PRINCÍPIO DA IMEDIAÇÃO. Em sentença, a r. Julgadora registrou que as testemunhas ouvidas não se mostraram comprometidas com a verdade, apontando as justificativas que embasaram tal conclusão. A Magistrada que colheu os depoimentos foi o mesma que proferiu a sentença, o que leva ao entendimento de que essas constatações devem ser levadas em consideração, em prestígio ao fundamental princípio da imediatidade do julgador (art. 446, II, CPC/73 / art. 361 do CPC/15). A imediatidade que o Juiz instrutor da causa tem com as provas orais permite-lhe apropriar com mais facilidade o que tem de sincero, ou de tendencioso, nos depoimentos colhidos. Consoante Ísis de Almeida (Manual de Direito Processual do Trabalho. 2º Volume. 9ª edição atualizada. LTR, 1998, SP), o juiz tem de identificar-se com as partes, com as testemunhas, peritos - enfim com todos os seres humanos que estão no processo, a que título for, exprimindo de alguma forma a sua vontade, transmitindo o seu conhecimento de fatos ou a sua experiência, técnica ou não, com determinada matéria. Ora, se há uma "comunicação" com o processo, o juiz tem de senti-la, a fim de apropriar o que de verdadeiro ou sincero existe em cada declaração ou informação. É nessa valoração-avaliação que deve ter aquela malícia do sábio pesquisador ou do exegeta. Procurar, por trás de uma evidência aparente, o que está sonegado à verdade; o que se esconde nas "entrelinhas" - de um documento, de uma decomposição ou fala - e o que naquilo se contém de honesto e fiel à realidade. A doutrina e a legislação, portanto, conferem pleno suporte à decisão de se prestigiar a percepção obtida Julgador de primeiro grau sobre a prova, percepção essa que se revela, portanto, um norte seguro a ser seguido pelo Tribunal revisor que, pelas próprias circunstâncias inerentes ao julgamento de recursos, encontra-se afastado da fase instrutória. TRT-PR-01334-2015-006-09-00-4-ACO-38808-2016 - 6A. TURMA Relator: SUELI GIL EL RAFIHI Publicado no DEJT em 11-11-2016.

¹⁴ TEIXEIRA FILHO, M. A. Curso de processo..., p. 65.

¹⁵ SCHIAVI, M. Provas no processo..., p. 50.

2.3 IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ

Ao dispor sobre a identidade física do juiz no processo do trabalho, André Luís Morais de Oliveira argumenta que:

A identidade física do juiz é posta pela doutrina como uma consequência da imediatidade, isto é, o juiz que presidiu a audiência e colheu as provas orais deve ser aquele que irá proferir a sentença, pois é quem tem as melhores condições para fazê-lo. Não fosse assim, desapareceriam, pondera Amaral Santos, 'as excelências da imediatidade.'¹⁶.

Ao tratar do presente assunto, Schiavi preconiza que o juiz que instruiu o processo, ou seja, que colheu diretamente a prova, deve apreciá-lo, visto que possui melhores possibilidades de valorar a prova, uma vez que ele é quem teve contato direto com as partes e testemunhas¹⁷.

Neste prisma, o princípio da identidade física do juiz defende que o juiz que instrui o processo deve ser o mesmo a sentenciá-lo, posto que foi este quem participou dos atos instrutórios, ouviu as partes e interrogou as testemunhas.

Por outro enfoque, Teixeira Filho, esclarece que o Código de Processo Civil de 1973, em seu artigo 132, instituiu que: "o juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor". Conclui no parágrafo único que: "em qualquer hipótese, o juiz que proferir a sentença, se entender necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas"¹⁸.

Contudo, o legislador, objetivando banir o princípio da identidade física do juiz, não reproduziu o artigo supracitado no Código de Processo Civil de 2015¹⁹. Além disso, a Súmula número 222, do STF²⁰, manifesta-se no sentido da inaplicabilidade

¹⁶ OLIVEIRA, André Luís Morais de. O princípio da livre convicção motivada no processo do trabalho: a argumentação jurídica e o domínio da racionalidade do juízo de convencimento. 256 páginas. Dissertação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 186.

¹⁷ SCHIAVI, M. Provas no processo..., p. 47.

¹⁸ BRASIL. Lei n. 5869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Planalto**. Brasília: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm. Acesso em: 26/08/2017.

¹⁹ TEIXEIRA FILHO, Manuel Antonio. A sentença no processo do trabalho. 11ª ed. São Paulo, LTr, 2017. p. 92

²⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 222. O princípio da identidade física do juiz não é aplicável às Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisp>. Acesso em: 15 ago. 2017.

do princípio da identidade física do juiz nos processos trabalhistas e embora cancelada, a Súmula número 136, do TST²¹ caminhava no mesmo sentido²².

Assim, o assunto já se encontra pacificado no âmbito da justiça do trabalho:

TRT-PR-28-04-2017 PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. O princípio da identidade física do juiz, previsto no artigo 132 do CPC/73 (vigente à época da instrução) - e que, vale ressaltar, não foi repetido no novo CPC -, não se aplica à Justiça do Trabalho. As peculiaridades do Processo do Trabalho e a necessidade de celeridade da prestação jurisdicional - um dos princípios basilares desta Especializada - não se coadunam com o princípio em comento. Assim, a prolação de sentença por juiz diverso daquele que instruiu a reclamação não constitui qualquer nulidade ou fator de prejuízo às partes, contrariamente ao que sustenta o recurso. Ademais, mesmo no Processo Civil, o princípio da identidade física do juiz não se reveste de caráter absoluto, uma vez que comporta exceções, como se observa da simples leitura do artigo 132 do CPC/73. Frise-se que a valoração das provas e o acerto/desacerto da decisão de origem passará pelo crivo do julgamento Colegiado, sendo reapreciados no julgamento das matérias recorridas. TRT-PR-02238-2014-126-09-00-5-ACO-13906-2017 - 6A. TURMA Relator: SUELI GIL EL RAFIHI Publicado no DEJT em 28-04-2017.

2.4 CONCENTRAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS EM AUDIÊNCIA

O processo do trabalho se sobressai por sua celeridade, sendo que é nas audiências trabalhistas que se concentram a grande maioria dos atos processuais.

Sobre o tema, Souto Maior destaca que:

A expressão máxima da concentração é a realização dos atos processuais em única audiência. Nessa audiência una, realiza-se a tentativa de conciliação, acolhem-se a petição inicial e a defesa. Resolvem-se os incidentes processuais, fixam-se os pontos controvertidos, produzem-se as provas e prolata-se a decisão²³.

Segundo Teixeira Filho, o ideal é que a sentença seja publicada o mais próxima possível dos acontecimentos, "a fim de poder, de um lado, interpretá-los com a carga de dramaticidade que soem possuir (apanhando-os, portanto, em sua efervescência), e de outro, realizar com brevidade a solução da lide"²⁴, pois quando a sentença é

²¹ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 136. Não se aplica às Varas do Trabalho o princípio da identidade física do juiz - (cancelada) Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_101_150.html#SUM-136. Acesso em: 15 ago. 2017

²² TEIXEIRA FILHO, M. A. A sentença..., p. 92

²³ *Apud* SCHIAVI, Mauro. Provas no processo do trabalho. 5ª ed. São Paulo. LTr, 2017. p. 50.

²⁴ TEIXEIRA FILHO, M. A. Op. Cit.p., p. 92

proferida muito tempo depois do autor ter peticionado em juízo, ou de ter sido realizada a fase probatória, o juiz acaba se distanciando da realidade, motivo que o leva a realizar um julgamento insensível²⁵.

No entanto, Souto Maior chama a atenção para o seguinte fato:

Concentração não significa que todos os atos devam ser realizados em uma única audiência, necessariamente. Pode se realizar mais que uma audiência para o desencadeamento de todos os atos processuais, mas é essencial que as audiências sejam em datas próximas umas das outras. Justifica-se a cisão da audiência em audiência inicial e de instrução e julgamento (como ocorreu na Alemanha - Stuttgarter Modell), desde que a audiência inicial sirva para realização de uma efetiva atividade conciliatória, e que seja vista também como ato saneador do processo, como, aliás, se dá em todos os ordenamentos, que acolhendo o princípio da oralidade, estabeleceram uma audiência preliminar.²⁶

Em virtude disso, o que se observa na prática é uma tendência de separar as audiências, pois embora implique no alargamento do tempo de duração do processo, esse alargamento é justificável, uma vez que o juiz precisa analisar, detalhadamente, as alegações das partes, os documentos juntados, os depoimentos de ambos os lados, assim como os depoimentos das testemunhas²⁷.

Diante disso, na prática das varas do trabalho, é possível observar que as audiências trabalhistas são divididas em: (i) audiência inicial ou de conciliação, que possuem como objetivo a tentativa de conciliação entre as partes, e apenas em caso negativo a defesa da parte reclamada é recebida, conseqüentemente, abre-se vista para o reclamante e se designa nova audiência; (ii) audiência de instrução que ocorre logo após a audiência inicial, com o objetivo de realizar a oitiva das partes, das testemunhas e produção das demais provas necessárias, analisando ou não o feito ao final; e por fim; (iii) a audiência de julgamento dirigida apenas ao juízo, para o julgamento do processo, geralmente sem a presença das partes, sendo que, geralmente, elas terão ciência da decisão através de intimação²⁸.

²⁵ TEIXEIRA FILHO, M. A. A sentença..., p. 92

²⁶ SOUTO MAIOR, J. L. O princípio da oralidade..., p.11 - 14

²⁷ TEIXEIRA FILHO, M. A Op. Cit.p. 93.

²⁸ SHIGUEMORI, Gerson. Material didático do curso de audiência trabalhista. AASP. Disponível em: <http://www.oabmt.org.br/Admin//Arquivos/Documentos/201603/PDF25875.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

2.5 IRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS

A Consolidação das Leis do Trabalho não estabelece um conceito para decisões interlocutórias. Assim, com fulcro do artigo 769 da CLT²⁹, deverá ser aplicado o conceito disciplinado no Código de Processo Civil³⁰.

Com efeito, o artigo 162, §2 do CPC de 1973 dispõe que "decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente"³¹. Segundo Teixeira Filho, o conceito, formulado pelo artigo supracitado não foi, em sua essência, alterado pelo artigo 203, §2º do CPC de 2015"³².

Assim, por força do art. 203 do atual Código de Processo Civil temos no § 1º que "ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487 põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução"³³. Já o § 2º afirma que a "decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre no parágrafo primeiro"³⁴.

Schiavi interpreta o referido dispositivo no sentido de que a decisão interlocutória é a pronunciada na sequência do processo, com o objetivo de resolver questões secundárias, causando gravame a uma ou ambas as partes, sem pôr fim ao processo³⁵.

Essa peculiaridade do princípio da oralidade tem como objetivo trazer maior celeridade ao processo e valorizar a autoridade do juiz na condução do processo. Neste contexto, muito válida a citação de Souto Maior sobre o tema:

A irrecorribilidade das decisões interlocutórias, que é a consequência da concentração dos atos, pois sendo concentrados os atos não haverá

²⁹ Art. 769 - Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título. (BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho).

³⁰ SCHIAVI, M. Provas no processo..., p. 51

³¹ BRASIL. Lei n. 5869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm. Acesso em: 26 ago. 2017.

³² TEIXEIRA FILHO, M. A. A sentença..., p. 94.

³³ BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Planalto. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em: 22 set. 2017.

³⁴ Idem.

³⁵ SCHIAVI, M. Op. Cit., p. 52

interesse das partes em recorrer das decisões interlocutórias, vez que tais decisões poderão ser impugnadas no recurso que se interpuser da decisão final. Neste sentido, a concentração dos atos e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias se ligam numa relação de causa e efeito. A concentração é possível porque as decisões interlocutórias são irrecorríveis, e as decisões interlocutórias são irrecorríveis porque os atos são concentrados³⁶.

Esclarece Teixeira Filho, contudo, que o princípio em tela não quer dizer que as decisões interlocutórias nunca poderão ser impugnadas, mas, sim, que essa impugnação só será permitida na oportunidade em que vier a ser interposto recurso da sentença solucionadora da ação³⁷. Nessa linha, o artigo 893, parágrafo primeiro da CLT dispõe que: “os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva”³⁸.

No entanto, uma exceção ao princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, está na Lei nº 5.584/70³⁹ quando apresenta em seu o artigo segundo que em caso de não haver acordo nos dissídios individuais, após a tentativa de conciliação, o presidente da junta ou o magistrado, em audiência e antes de dar início à instrução, deverá estabelecer um valor à causa, na hipótese de a inicial ser omissa quanto a isso. Porém, ainda na audiência as partes poderão apresentar razões finais impugnando o valor fixado e, se a parte interessada impugnar esse valor e o juiz mantiver esse valor, aquela poderá solicitar revisão da decisão, no prazo de 48 horas, ao presidente do Tribunal Regional. Assim, o pedido, que não terá efeito suspensivo, deverá ser instruído com a petição inicial e a cópia autenticada da ata da audiência, sendo julgado em 48 horas, a partir do seu recebimento pelo Presidente do Tribunal Regional⁴⁰.

Logo, ao prever a possibilidade de haver pedido de revisão do valor da causa, a referida lei representa uma ressalva ao princípio da irrecorribilidade das decisões

³⁶ SOUTO MAIOR, J. L. O princípio da oralidade..., p.11 - 14

³⁷ TEIXEIRA FILHO, M. A. A sentença..., p. 95.

³⁸ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 25 ago. 2017.

³⁹ TEIXEIRA FILHO, M. A. Op. Cit.p. 95.

⁴⁰ BRASIL. Lei n. Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970. Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5584.htm. Acesso em: 26 set. 2017.

interlocutórias, pois é indiscutível o caráter interlocutório da decisão pela qual o juiz de primeiro grau fixou o mencionado valor⁴¹.

Destaca Teixeira Filho, ainda, que a exceção supramencionada não anula o princípio que proíbe a impugnação autônoma das decisões interlocutória, pois o princípio aqui analisado, como foi mencionado no início, atende à necessidade de impedir que todas as decisões que tivessem como núcleo determinados incidentes surgidos no processo pudessem sejam impugnadas de imediato, provocando, com isso, um considerável e pernicioso retardamento da solução da lide⁴².

Nesse sentido, a seguinte decisão:

TRT-PR-30-09-2016 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA NÃO TERMINATIVA DO FEITO. RECURSO INCABÍVEL. Não se conhece de agravo de petição que se limita a atacar decisão interlocutória sem caráter terminativo ou definitivo do feito, sob pena de afronta direta ao princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, que tem por finalidade garantir maior celeridade processual, esta elevada a status de direito fundamental pela EC 45/2004 (art. 5º, LXXVIII, CF). É pacífico na Justiça do Trabalho que o agravo de petição é o recurso cabível das decisões proferidas pelo juiz na execução, mas restrito às hipóteses de decisão terminativa ou definitiva do feito, como preceitua o art. 893, § 1º, da CLT e orienta a Súmula 214 do TST. Ainda, prevê a OJ SE EX nº 8 desta Seção Especializada que "Não cabe agravo de petição de despacho ou decisão interlocutória, ressalvadas as hipóteses em que estes atos se equiparam à decisão terminativa do feito, com óbice ao prosseguimento da execução, ou quando a pretensão recursal não pode ser manejada posteriormente". Recurso do exequente não conhecido. TRT-PR-17586-2012-652-09-00-2-ACO-34085-2016 - SEÇÃO ESPECIALIZADA Relator: THEREZA CRISTINA GOSDAL Publicado no DEJT em 30-09-2016.

⁴¹ TEIXEIRA FILHO, M. A. A sentença..., p. 95.

⁴² Ibidem p. 96.

3. DAS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO

3.1 CONCEITO E FINALIDADE DA PROVA

Provar alguma coisa consiste em convencer o juízo a respeito de fatos. Nas palavras de Chiovenda “provar significa formar a convicção do juiz sobre a existência ou não de fatos relevantes no processo”⁴³.

No mesmo sentido, segue o pensamento de Schiavi ao afirmar que: “as provas são os instrumentos admitidos pelo Direito como idôneos, ao demonstrar um fato ou um acontecimento, ou, excepcionalmente, o direito que interessa à parte no processo, destinados à formação da convicção do órgão julgador”⁴⁴.

Ainda, o autor destaca que a legislação em vigor, tanto o Código de Processo Civil quanto a Consolidação das Leis do Trabalho, não apresenta uma definição referente ao conceito de prova⁴⁵. Entretanto, o artigo 369 do Código de Processo Civil apresenta os meios possíveis para que as partes provem as suas alegações em juízo: “as partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz”⁴⁶.

Logo, além dos meios previstos em lei é possível a admissão de qualquer meio de prova que não atente contra a moral e os bons costumes.

Na visão de Carlos Henrique Bezerra Leite, tradicionalmente, a prova “é o meio lícito para demonstrar a veracidade ou não de determinado fato com a finalidade de convencer o juiz acerca da sua existência ou inexistência”⁴⁷.

Contudo, no atual modelo constitucional do direito processual, segundo Bezerra Leite, nota-se uma nova orientação doutrinária para descrever a prova fundada não mais na busca pela verdade, mas sim como “um meio retórico, indispensável ao debate jurídico”⁴⁸. Por conseguinte, “o objeto da prova não é mais a

⁴³ CHIOVENDA, G. Instituições de direito..., p. 91.

⁴⁴ SCHIAVI, M. Provas no processo..., p. 15.

⁴⁵ Ibidem p. 16.

⁴⁶ BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Planalto. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em: 05 set. 2017.

⁴⁷ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 11ª ed. São Paulo, 2013. p. 638

⁴⁸ Idem.

reconstrução do fato, mas o convencimento do juiz e dos demais sujeitos do processo acerca da veracidade das alegações a respeito do fato”⁴⁹.

Nessa linha, criticando a visão tradicional da prova como busca da verdade, José Aparecido dos Santos, juiz titular da 17ª Vara do Trabalho de Curitiba, destaca que “‘demonstrar’ a verdade não é submeter um objeto para ser apreendido por um sujeito cognoscente, mas lançar bases para a ‘compreensão’ de uma ou várias proposições”⁵⁰.

Juliano Gianechini Fernandes, argumenta que a prova é o modo através do qual o magistrado toma conhecimento dos fatos para que possa formar a decisão adequada através da sentença, e conclui afirmando que a prova é:

É o meio idôneo, legal ou moralmente aceitável de que os litigantes utilizam para convencer o juiz da veracidade dos fatos alegados pelas partes. Com base nas provas produzidas, o Magistrado irá formar o seu convencimento e expressar seu pensamento por meio da sentença, sempre fundamentada pelo prolator⁵¹.

Especificamente sobre a sua finalidade, Teixeira Filho leciona que é da prova que advém a certeza jurídica do julgador, sendo assim, ela busca, essencialmente, convencer o juiz, uma vez que ele é o seu principal destinatário⁵². O mestre Amauri Mascaro Nascimento, afirmar que “a prova tem a finalidade de transportar, para o processo judicial, a realidade externa dos fatos que geraram a demanda, traduzindo-os, para que possam ser conhecidos pelo juiz e para que sirvam de base para os debates entre as partes”⁵³.

Por fim, José Aparecido defende que “a prova possui como uma das suas principais finalidades o convencimento do juiz e esse convencimento se apresenta apenas na sentença”⁵⁴.

⁴⁹ LEITE, C. H. B. Curso de direito..., p. 639.

⁵⁰ SANTOS, José Aparecido dos. Teoria Geral das provas e provas em espécie. In: ATHAYDE, Luciano Chaves (Org.). Curso de processo do trabalho. São Paulo LTr, 2009, p. 556

⁵¹ FERNANDES, Juliano Gianechini. Teoria geral da prova e prova no processo do trabalho - Aplicação subsidiária do processo civil na legislação trabalhista. Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://online.sintese.com>. Acesso em: 10/08/2017. p. 2.

⁵² TEIXEIRA FILHO, Manuel Antonio. A prova no processo do trabalho. 11ª ed. São Paulo, LTr, 2017.. p. 58.

⁵³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 23ª ed. São Paulo, Saraiva, 2008. p. 536.

⁵⁴ SANTOS, J. A. Op. Cit., p. 556

3.2 OBJETO DA PROVA

De acordo com Wagner D. Giglio e Claudia G. V. Corrêa, em regra, não é necessário provar em juízo a existência da norma jurídica invocada, pois se parte do pressuposto de que o juiz conhece o direito. Logo, devem ser provados, via de regra, apenas os fatos⁵⁵.

Teixeira Filho leciona que “o objeto da prova são os fatos narrados pelo autor, pelo réu ou por terceiros, que na técnica processual se referem aos acontecimentos jurídicos, ou aos atos jurídicos ou ilícitos originadores de conflito”⁵⁶.

Em uma definição mais aprofundada na mesma área, José Aparecido afirma que o objeto da prova no processo do trabalho corresponde às preposições das partes, porém não se trata de qualquer preposição, mas as preposições que guardem relação com acontecimentos passíveis de terem ocorrido no mundo sensível, cuja existência é invocada por uma das partes⁵⁷.

O magistrado ainda argumenta que: “como os fatos, a rigor, não correspondem a dados de uma realidade objetiva, a investigação judicial não se dá sobre os dados da realidade, mas sobre as afirmações das partes a respeito da realidade”⁵⁸. Assim, serão provadas as alegações das partes consideradas controvertidas, relevantes e determinadas⁵⁹.

No mesmo sentido, Schiavi assevera que o objeto da prova são os fatos, uma vez que, salvo as exceções previstas no artigo 376 do Código de Processo Civil de 2015⁶⁰, o juiz deve conhecer o Direito. Contudo, segundo o referido autor, nem todos os fatos são objeto e sim apenas os fatos que se relacionam com a lide e sobre eles haja controvérsia⁶¹.

Bezerra Leite chama a atenção para o fato de que:

⁵⁵ GIGLIO, Wagner D. CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito processual do trabalho. 16ª ed. São Paulo, Saraiva, 2007. p. 226.

⁵⁶ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 40.

⁵⁷ SANTOS, J. A. Op. Cit., p. 561.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Art. 376 - A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar. (BRASIL. Código de Processo Civil)

⁶¹ SCHIAVI, M. Provas no processo..., p. 17.

“Embora o processo do trabalho não contemple regra semelhante, entendemos, com abrigo no art. 769 da CLT, que o juiz do trabalho também pode, invocando a aplicação análoga do art. 337 do CPC, determinar que a(s) parte(s) prove(m) o teor e a vigência não apenas das referidas espécies normativas, como também dos Acordos Coletivos, Convenções Coletivas, Regulamentos Empresariais, Sentenças Normativas ou Direito Comparado que invocar(em) como fundamento jurídico da ação ou da defesa”⁶².

Ou seja, cabe a parte interessada provar a vigência dos Acordos Coletivos, Convenções Coletivas, Regulamentos Empresariais, Sentenças Normativas ou Direito Comparado que serão utilizados no fundamento da ação ou da defesa. Giglio e Corrêa tecem, ainda, o seguinte comentário:

a adoção do princípio inquisitório constrange o juiz a, dirigindo a instrução processual, permitir apenas a prova de fatos relevantes e pertinentes, recusando diligências desnecessárias e indeferindo as inúteis ou protelatórias (art. 130). Em decorrência, o juiz vedará a prova de fato que, embora relevante, não tenha interesse para a solução do litígio, isto é, seja impertinente; e vice-versa: não permitirá prova de fato que, não obstante atinente à lide, seja irrelevante ou sem importância para seu deslinde⁶³.

Portanto, com base no princípio inquisitório, cabe ao magistrado permitir apenas a prova de fatos relevantes e pertinentes impedindo a produção de prova de fatos que, embora relevante, não colaborem para a solução do conflito.

Em virtude dessas considerações, vale destacar, finalmente, o artigo 374 do Código de Processo Civil que aponta em seus incisos os fatos que não dependem de prova e que serão admitidos como verdadeiros, independentemente de sua efetiva demonstração.

O inciso primeiro traz os fatos notórios, ou seja, aqueles de conhecimento coletivo, inclusive dos tribunais. Ao mencionar Calamandrei, Teixeira Filho aduz como fato notório “aquele cujo conhecimento faz parte da cultura normal própria de determinado círculo social no tempo em que ocorre a decisão”⁶⁴.

No mesmo sentido, Bezerra Leite, afirma que “é notório o fato à cultura mediana de determinado meio social no momento do julgamento da causa”⁶⁵.

⁶² LEITE, C. H. B. Curso de direito..., p. 656.

⁶³ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 226.

⁶⁴ *Apud* TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. A prova no processo do trabalho. São Paulo, LTr, 2017.p. 44.

⁶⁵ LEITE, C. H. B. Curso de direito..., p. 657.

Além disso, buscando comprovar a dispensabilidade da prova dos fatos notórios, Teixeira Filho cita Gusmão:

O que é necessário é que se tenha sempre presente ao espírito o exato conceito da notoriedade, a qual consiste em ser a verdade da existência ou inexistência do fato tão pública e tão geralmente conhecida, que a ninguém seja possível, senão por teimosia ou por capricho, negá-la ou pô-la em dúvida. E conclui: exigir-se a prova de um fato revestido de tal publicidade é o suprasumo da extravagância, ou zombar do senso humano⁶⁶.

O segundo inciso, fala dos fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária. Nesse caso, seria ineficaz discutir um fato que não foi questionado pela parte oposta, no entanto, segundo Juliano Gianechini Fernandes, é possível que o juiz avalie o tema se aparecerem indícios de coação ou fraude⁶⁷.

Já Jose Aparecido pondera que: “se a parte admite a veracidade de um fato que é contrário ao seu interesse, ocorre a denominada confissão (art. 348, CPC) e o respectivo fato é insusceptível de prova”⁶⁸.

No terceiro inciso estão os fatos admitidos no processo como incontroversos. Leite explica que fato incontroverso “é aquele admitido no processo, independentemente de alegação ou confirmação das partes”⁶⁹.

Pestana Aguiar, entende que existem quatro espécies de fatos incontroversos:

“a) os que decorrem da admissão expressa da parte contrária; b) os que provêm do silêncio (admissão tácita) da parte contrária; c) os que assim se tornam pela dedução que se extrai do pronunciamento litigante adverso; d) os que são incontroversos por sua própria natureza”⁷⁰.

Por último, o quarto inciso fala dos fatos ‘em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade’. Teixeira Filho leciona que a parte invocadora da presunção legal de existência ou de veracidade do fato não está obrigada a provar o fato presumido, mas, sim, o fato no qual a lei assenta a presunção⁷¹.

⁶⁶ *Apud* TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. A prova no processo do trabalho. São Paulo, LTr, 2017.p. 45.

⁶⁷ FERNANDES, J. G. Teoria geral da prova..., p.3.

⁶⁸ SANTOS, J. A. Teoria Geral das provas..., p. 566.

⁶⁹ LEITE, C. H. B. Op. Cit., p. 658.

⁷⁰ *Apud* TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. A prova no processo do trabalho. São Paulo, LTr, 2017.p. 47.

⁷¹ *Ibidem*, p 48.

3.3 ÔNUS DA PROVA

Ônus é encargo, um peso que não se confunde com o dever ou obrigação, uma vez que o ônus representa uma faculdade⁷².

Rafael Foresti Pego, explica que:

O ônus está vinculado à noção de risco enquanto a obrigação está ligada à noção de sujeição, embora ambos compartilhem do elemento vontade. A obrigação é o vínculo para a tutela do interesse alheio, enquanto o ônus é tutela de interesse próprio em prol de obter certa vantagem, sendo facultado ao sujeito adotar ou não esse comportamento. A obrigação deve ser cumprida, até mesmo coercivamente, sob pena de sanção⁷³.

Segundo Amauri Nascimento, o ônus da prova é a responsabilidade atribuída à parte para produzir determinada prova, porém se a prova não for produzida satisfatoriamente, o órgão jurisdicional não reconhecerá a existência do fato que se pretendia demonstrar⁷⁴.

No ordenamento jurídico, temos no artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho que: “a prova das alegações incumbe à parte que as fizer”⁷⁵. Contudo, vale lembrar que nem sempre a igual distribuição do ônus da prova vai atender às necessidades do processo trabalhista pois, essa distribuição sobrecarregaria o empregado, que não possui as mesmas condições e facilidades do empregador. Neste caso, existe uma tendência para a redistribuição do ônus da prova no processo do trabalho, que atribui ao empregador maiores responsabilidades⁷⁶.

Assim, a doutrina moderna segue os passos de Chiovenda a propósito da repartição do ônus da prova, que “atribuiu ao autor o encargo de provar os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, os fatos capazes de modificar, impedir ou extinguir o direito daquele”⁷⁷.

Teixeira Filho explica que:

⁷² PEGO, Rafael Foresti. Ônus da prova. Revista de Direito do Trabalho, vol. 135/2009, p. 166 – 173, Jul - Set de 2009.

⁷³ Idem.

⁷⁴ NASCIMENTO, A. M. Curso de direito..., p. 538.

⁷⁵ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 25 ago. 2017.

⁷⁶ NASCIMENTO, A. M. Op. Cit. p. 539.

⁷⁷ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 95.

os fatos *constitutivos* são os que dão vida a uma vontade concreta da lei e à expectativa de um bem por parte de determinada pessoa; os *extintivos* são, em sentido contrário, os que fazem cessar a vontade concreta da lei e a consequente expectativa de um bem; os *impeditivos* se relacionam à falta de uma das circunstâncias que devem concorrer com os fatos constitutivos a fim de que estes produzam os efeitos que lhe são inerentes e normais⁷⁸.

Ademais, segundo Bezerra Leite, em alguns casos, o Tribunal Superior do Trabalho já se posicionou atribuindo às empresas o ônus de provar determinada matéria⁷⁹, como, por exemplo, a Súmula número 338 do, sobre jornada de trabalho que estabelece ser ônus do empregador o registro da jornada de trabalho na forma do artigo 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho⁸⁰, quando possuir mais de dez empregados. Vale destacar, porém, que a não apresentação dos cartões de ponto sem justificativa gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho. Por fim, os registros que demonstram horários de entrada e saída uniformes, os chamados cartões britânicos, são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir⁸¹.

Portanto, o assunto já se encontra pacificado no âmbito da justiça do trabalho:

TRT-PR-24-10-2017 EMENTA: JORNADA DE TRABALHO. ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE CARTÕES DE PONTO. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS HORÁRIOS INFORMADOS NA PETIÇÃO INICIAL. APLICAÇÃO DO ITEM I DA SÚMULA N.º 338 DO COLENDÓ TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). De acordo com o disposto no artigo 74, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados tem a obrigação de manter os controles de ponto com anotação da jornada praticada. Não apresentados esses documentos, presumem-se verdadeiros os horários informados na petição inicial, consoante dispõe o item I da Súmula n.º 338, desde que não infirmada por outros elementos de prova. Recurso ordinário da reclamante conhecido e parcialmente provido. TRT-PR-12097-2013-029-09-00-9-ACO-31170-2017 - 7A. TURMA Relator: ALTINO PEDROZO DOS SANTOS Publicado no DEJT em 24-10-2017

⁷⁸ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 95-96

⁷⁹ LEITE, C. H. B. Curso de direito..., p. 665.

⁸⁰ Art. 74 - O horário do trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e afixado em lugar bem visível. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser o horário único para todos os empregados de uma mesma seção ou turma. [...] § 2º - Para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso. (BRASIL, Consolidação das Leis do Trabalho)

⁸¹ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 338. Jornada de trabalho. Registro. Ônus da prova. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-338. Acesso em: 11 nov. 2017

3.4 VALORAÇÃO DA PROVA

Segundo Teixeira Filho, ao longo da história o ordenamento processual admitiu basicamente três sistemas de apreciação das provas⁸². Inicialmente foi adotado o sistema da prova legal, que tinha raízes nas ordálias ou também conhecido como “juízos de Deus”. Esse sistema “consistia em submeter à pessoa a determinada prova, supondo-se que Deus não a deixaria sair com vida, ou sem algum sinal evidente, no caso de não dizer a verdade”. Aqui as provas eram aplicadas pelo fogo, água, variações de temperaturas, pelo uso de bebidas fortes, serpentes, entre outros⁸³.

Nesse sistema, Teixeira Filho explica que o juiz se limitava a assistir as partes se digladiarem para então poderem declarar o resultado da demanda. Mais tarde, por influência do Direito Canônico e do Direito Romano passou-se a condenar os duelos sendo restabelecido os meios romanos de prova (documentos e testemunhas)⁸⁴.

No entanto, nesse sistema cada prova possuía uma valoração inflexível previamente estabelecida na lei. A título de exemplo, ao citar as “*Conclusiones Probationum*” de Mascardus, publicadas em 1588, Teixeira Filho apresenta um dos mais significativos exemplos de inflexibilidade do sistema da prova legal, pois “para ele o depoimento de uma só testemunha nada valia (*testis unus, testis nullus*); já o depoimento de duas testemunhas fidedignas (*testis classi*) constituía prova plena (*plena probatio*)”⁸⁵. Assim o juiz passou a ser considerado um mero contador⁸⁶.

O segundo sistema refere-se a livre convicção, também chamado de íntima convicção. Embora esse sistema tenha sido criado pelos romanos, como uma forma de antítese ao sistema anterior, ele foi amplamente utilizado pelos germânicos⁸⁷. Para Teixeira Filho, a partir desse sistema o juiz, finalmente, passara a ser considerado o ‘senhor do processo’ uma vez que ele consagrou a soberania do magistrado tanto no campo da investigação da verdade e quanto na apropriação das provas:

⁸² TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 120.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Ibidem. p. 121.

⁸⁵ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 121.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

De tal sorte, a verdade surgia na consciência do julgador sem que ele tivesse de subordinar-se a certas regras legais de valoração da prova. A sua convicção se originava, ademais, não somente do conjunto probatório existente nos autos, mas até mesmo de certos conhecimentos privados que pudesse ter acerca dos fatos. E a liberalidade desse sistema atingiu a sua culminância ao dispensar que o juiz indicasse os motivos que influenciaram na formação do seu convencimento⁸⁸.

Por último, Teixeira Filho apresenta o sistema da persuasão racional ou também conhecido como convencimento racional que constitui uma espécie de síntese dos anteriores. Nesse sistema, embora se permita ao magistrado apreciar livremente as provas, isto não significa que possa se deixar orientar por suas impressões pessoais: ao contrário, a sua convicção deverá ser formada com base na prova produzida nos autos⁸⁹. O Código de Processo Civil, ao dispor sobre a matéria em seu artigo 371, afirma que: “o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento”⁹⁰.

Diante disso, Teixeira Filho afirma que o magistrado poderia apreciar livremente as provas, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes nos autos, entretanto deverá indicar, na decisão, os motivos da formação de seu convencimento⁹¹.

Conclui Teixeira Filho que:

Pode-se estabelecer, portanto, que, sob a óptica desse sistema, a convicção do magistrado fica adstrita a quatro pressupostos legais: a) aos fatos deduzidos da ação; b) à prova desses fatos, feita nos autos; c) às regras legais específicas e às máximas de experiência e d) à indicação do motivo que determinou a formação do seu convencimento.⁹²

Em virtude dessa consideração, Teixeira Filho observa que não existe dúvida de que o sistema da persuasão racional foi também adotado pelo direito processual

⁸⁸ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 122.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Planalto. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em: 05 out. 2017.

⁹¹ TEIXEIRA FILHO, M. A. Op. Cit. p. 123.

⁹² Idem.

do trabalho, cuja dedução se retira da leitura do artigo 832, caput, da CLT⁹³: “da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão”⁹⁴.

Sobre o tema, a jurisprudência tem-se pronunciado conforme o seguinte entendimento:

TRT-PR-13-03-2012 NULIDADE PROCESSUAL - CERCEAMENTO NA PRODUÇÃO DE PROVA - TESTEMUNHA. É assente o entendimento de caber ao Juiz presidir o andamento célere da audiência de instrução, e em decorrência da ampla direção do processo, pode vir a determinar diligências que entender necessárias, impedir o prolongamento da inquirição de testemunhas se não necessário, ou impor procedimentos processuais, sem que isto acarrete a quebra do seu dever de imparcialidade. Incidência do art. 765, da CLT. O juízo não é o "hóspede de pedra" do processo e deve ser estimulado a valorizar o princípio de ordem pública, para cerceio de provas e outras medidas desnecessárias ou inconvenientes ao processo. Outrossim, não há efetiva demonstração de prejuízo causado à Ré pelo indeferimento dos requerimentos. Trata-se de aplicação do princípio da transcendência, preconizado no art. 794 da CLT. EXAME E VALORAÇÃO DA PROVA - CONVICÇÃO RACIONAL. Quando a prova produzida nos autos encontra-se dividida, especialmente quanto aos depoimentos testemunhais, cabe ao Juízo, à luz dos elementos de prova, adotar a solução que se lhe afigure mais próxima da Verdade e da Justiça. Tais predicados são, como obras humanas, a rigor, inalcançáveis. É possível apenas a proximidade maior ou menor, em vista das circunstâncias de cada caso. Deve, todavia, o Juízo expor e fundamentar todas as razões que o levaram às conclusões exaradas na decisão. Trata-se de procedimento constitucionalmente imprescindível (art. 93, inc. IX) e que permite a todos avaliar a racionalidade da decisão e, eventualmente, pedir o seu reexame pela via processual adequada. TRT-PR-18621-2006-003-09-00-3-ACO-10702-2012 - 1A. TURMA Relator: CÉLIO HORST WALDRAFF Publicado no DEJT em 13-03-2012

Finalmente, Moraes de Oliveira explica que atualmente a doutrina separa a valoração da prova em dois momentos distintos, a saber:

a) a valoração da prova que é realizada após o encerramento da instrução probatória e externada na sentença em face das exigências da indicação das razões de formação do convencimento e da motivação; b) a valoração da prova que é realizada pelo juiz durante a produção da prova, pela qual se determina, por exemplo, a produção de uma nova prova de ofício ou a requerimento da parte, em face da insuficiência ou falta de credibilidade da prova para a formação da convicção⁹⁵.

⁹³ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 123.

⁹⁴ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 05 out. 2017.

⁹⁵ OLIVEIRA, A.L. M. O princípio da livre..., p. 124-125.

Para Moraes de Oliveira, “a aquilatação do conjunto probatório incide diretamente sobre os elementos de prova ou dados probatórios, independentemente dos meios ou fontes pelos quais chegaram ao processo”⁹⁶. Segundo o referido autor, cada um desses elementos é atribuído um valor, sendo que essa concessão de valores simboliza o peso que cada um desses elementos possui sobre as alegações, afirmações ou enunciados do fato. Os valores dos elementos de prova, ponderados individualmente e em conjunto, amparam os resultados a respeito dos fatos⁹⁷.

Por tais razões, Moraes de Oliveira entende que a conclusão da valoração da prova realizada pelo magistrado, com base nos elementos de prova, estabelece se o enunciado de um fato foi realmente provado, ou se não ocorreu tal demonstração, pois essa definição resulta na decisão final favorável ou não sobre a verdade das alegações, afirmações ou enunciados sobre o fato. Consequentemente, “a definição da veracidade ou falsidade dos enunciados sobre os fatos representa a verdade alcançada no processo judicial”⁹⁸.

3.5 VERDADE REAL E VERDADE FORMAL

Desde os tempos da antiguidade a busca pela verdade é discutida por diversos ramos da ciência, inclusive pela ciência jurídica. Teixeira Filho leciona que “o interesse do Direito pela verdade reside, entre outros motivos, em que, uma vez demonstrada nos autos, ela tem eficácia para constranger o julgador a decidir em consonância com o que espelha ou parece espelhar”⁹⁹. Assim sendo a verdade, consolidada na prova constante nos autos, vincula a formação do convencimento do magistrado, no que se refere aos fatos da ação¹⁰⁰.

No entanto, chama a atenção o fato de que no âmbito da ciência processual, o conceito de verdade não é unitário. De forma clara Teixeira Filho explica que o conceito de verdade pode ser dividido em verdade real ou substancial e verdade formal ou processual:

⁹⁶ OLIVEIRA, A.L. M. O princípio da livre..., p. 124-125.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 36.

¹⁰⁰ Idem.

Real é a que se pode denominar de verdade em si, vale dizer, aquilo que efetivamente aconteceu no mundo sensível; *formal* é a que se estabelece nos autos, como resultado da atividade probatória desenvolvida pelas partes. Nem sempre, todavia, a verdade formal corresponde à real, o que é sobremaneira lamentável e atentatório à responsabilidade do processo como instituição jurídica e como instrumento estatal de composição dos conflitos intersubjetivos de interesse¹⁰¹.

Portanto, a verdade real e verdade formal são distintas para os fins da teoria da prova, pois aquela se refere dos fatos que realmente acontecem na vida, ou seja, a verdade em si, já essa diz respeito aos elementos registrado nos autos, como resultado das provas produzidas pelas partes¹⁰².

Após analisarem o conceito da verdade no âmbito processual, Francisco Ferreira Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante e Judson Sales de Meneses afirmam que:

Opõem-se os conceitos de verdade formal e verdade material (ou real). Tal distinção tem razão face à notória dificuldade em se apurar com segurança a perfeita coincidência entre os fatos e a realidade. Assim, admite-se que os fatos tidos como verdadeiros nos autos, ilação que se chega pela análise probatória somada a uma série de regras processuais (como o ônus probatório ou o sistema de presunções), nem sempre corresponderão ao que efetivamente ocorreu¹⁰³.

José Aparecido, adverte no sentido de que:

Seria muita pretensão imaginar que no processo a verdade real pudesse ser apreendida, pois a verdade que ali se obtém, por mais adequada que seja, é sempre uma verdade dirigida exclusivamente ao próprio processo e à decisão pretendida. Não é por outro motivo que os “fundamentos”, ou seja, a “verdade dos fatos” admitida na sentença, não transitam em julgado (art. 469, II, do CPC). Isso não representa desprezo da verdade, mas honestidade para com ela. Há, de fato, uma exigência ética de busca da verdade, mas essa busca está em relação direta com as afirmações das partes e, qualquer que seja, essa verdade só é produzida no próprio processo (...) Em resumo: a verdade real corresponde ao interesse de adequar a verdade construída no processo com outros discursos existentes fora dele, como o de interesse social¹⁰⁴.

¹⁰¹ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 36.

¹⁰² MANSOLDO, Mary. Verdade real versus verdade formal. Abril 2010. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj028870.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹⁰³ *Apud* SANTORO, Gabriel Henrique. A valoração das provas testemunhal e documental no processo do trabalho. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. p.34

¹⁰⁴ SANTOS, J. A. Teoria Geral das provas..., p. 558-559.

Schiavi, comentando a respeito da indispensabilidade do juízo trabalhista buscar a verdade real no processo, nos lembra que:

Embora muitos autores asseverem que na esfera do Processo Civil não se aplica este princípio, pois o processo não penal se contenta com a chamada verdade formal, qual seja, a que emerge dos autos, a moderna doutrina, em razão do caráter publicista do processo e da efetividade da jurisdição, tem se posicionado no sentido de que mesmo no campo processual civil o juiz deve sempre buscar a verdade real, ou o acerto mais próximo da realidade. No processo do trabalho, a busca da verdade real é princípio que se encaixa perfeitamente no campo processual, inclusive por mandamento legal (art. 765 da CLT). Vale lembrar que o Direito do Trabalho tem como um dos princípios vetores o da primazia da realidade. Dizia Carnelutti que prestigiar a realidade é prestar um tributo à verdade¹⁰⁵.

Por fim, é necessário ressaltar que a dificuldade de se obter o real acontecimento dos fatos não deve ser utilizada como desculpa para o descaso da incessante perseguição pela verdade¹⁰⁶. Nesse sentido, Gabriel Henrique Santoro lembra a lição de Eduardo Cambi ao afirmar que “não se poder obter a verdade absoluta não significa abandonar a busca pela melhor verdade possível de ser construída no processo. Afinal, quanto melhor a investigação dos fatos, melhor é a cognição e mais justa a decisão”¹⁰⁷.

Diante disso, cabe ao magistrado procurar a todo custo extrair a verdade ocorrida de fato, com o objetivo de remontar os acontecimentos e os eventos tal qual ocorreram, objetivando, assim, entregar uma prestação jurisdicional justa e garantindo às partes segurança jurídica.

¹⁰⁵ SCHIAVI, M. Manual de Direito..., p. 687-688.

¹⁰⁶ SANTORO, G. H. A valoração das provas..., p. 36

¹⁰⁷ Idem.

4. A PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO DO TRABALHO

4.1 A TESTEMUNHA E A PROVA TESTEMUNHAL

A prova testemunhal é considerada pelos doutrinadores como o meio de prova mais inseguro, porém o meio de prova mais antigo e frequente na justiça do trabalho¹⁰⁸.

Nesse sentido, segue a lição dos mestres Giglio e Corrêa ao afirmarem que “a prova testemunhal consiste na narração ao juiz, por terceiros estranhos à lide, de fatos a ela pertinentes. É, sem sombra de dúvida, o mais inseguro meio de prova, e também o mais comum, sobretudo no processo trabalhista”¹⁰⁹.

Neto, Cavalcante e Fracappani, afirmam que a prova testemunhal é produzida oralmente por pessoa alheia à relação processual, normalmente, perante o juiz da causa, com a finalidade, de auxiliar o Poder Judiciário a elucidar os fatos controvertidos entre as partes¹¹⁰.

José Aparecido, leciona que “a prova testemunhal consiste na ouvida oral em Juízo de uma pessoa física que não seja parte a respeito de fatos (proposições fácticas) que possam contribuir para a construção da sentença”¹¹¹.

No ensinamento de Amauri Nascimento:

Testemunho é um meio de prova que consiste na declaração representativa que uma pessoa, que não é parte no processo, faz ao juiz com fins processuais, sobre o que sabe a respeito de um fato de qualquer natureza (Echandia). E testemunha é a pessoa capaz, estranha ao processo, que é chamada a declarar sobre os fatos que caíram sob o domínio dos seus sentidos (Alsina).¹¹²

¹⁰⁸ SALAZAR, Sabrina Gomes da Silva e Vitória. A prova testemunhal e sua valoração: a influência psicológica da testemunha no processo do trabalho. Revista Páginas de Direito, Porto Alegre, ano 15, nº 1279, 06 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.tex.pro.br/index.php/artigos/318-artigos-out-2015/7397-a-prova-testemunhal-e-sua-valoracao-a-influencia-psicologica-da-testemunha-no-processo-do-trabalho-1>

¹⁰⁹ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 238.

¹¹⁰ NETO, Francisco Ferreira Jorge; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; FRACAPPANI, Adriano. A prova testemunhal no processo do trabalho: Apontamentos doutrinários e jurisprudenciais. Jornal trabalhista. Brasília, v. 30, n. 1508, dez. 2013. p. 3.

¹¹¹ SANTOS, J. A. Teoria Geral das provas..., p. 593.

¹¹² NASCIMENTO, A. M. Curso de direito..., p. 553.

Diante disso, o referido autor conclui que: “prova testemunhal é a fornecida por pessoa capaz estranha ao feito, chamada ao juízo para depor o que sabe sobre o fato litigioso”¹¹³.

Ao tratar da testemunha, o juiz e professor da UFMG, Manuel Cândido Rodrigues conclui que:

testemunha é toda e qualquer pessoa naturalmente capaz que, sem interesse de qualquer espécie na causa, e isenta de qualquer tipo de relação com as partes que a compõem, tendo conhecimento direto ou indireto do objeto da lide, livremente se dispõem a comunicá-lo em Juízo¹¹⁴.

Quanto à capacidade para ser testemunha, é necessário observar o disposto no artigo 829 da Consolidação das Leis do Trabalho: “a testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação”¹¹⁵.

A esse respeito, Neto, Cavalcante e Fracappani, argumentam que o mencionado artigo da CLT é limitado, uma vez que o seu texto é de 1943, em comparação com o Código de Processo Civil que tratou de modo muito mais sofisticado sobre o impedimento e a suspeição das testemunhas em seu artigo 447¹¹⁶.

Com efeito, o artigo 447 do Código de Processo Civil estabelece como incapaz aquele que padece de enfermidade ou deficiência mental e aquele acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo em que aconteceram os fatos, não tinha condições de discerni-los, ou, ao tempo em que deve testemunhar, não está capaz de transmitir as percepções, os menores de dezesseis anos, o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam. Como impedidos aponta o cônjuge, o companheiro, o ascendente e o descendente em qualquer grau e o colateral, até o terceiro grau, de qualquer das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o obrigar o interesse público ou, tratando-se de causa relativa ao

¹¹³ NASCIMENTO, A. M. Curso de direito..., p. 555.

¹¹⁴ RODRIGUES, Manuel Cândido. A prova testemunhal no processo do trabalho. Coletânea Doutrinária, outubro de 1999. Disponível em: https://www.plenum.com.br/Plenum_njp/lpext.dll?f=templates&fn=hitlist-frame.htm&2.0 Acesso em: 10 ago.2017. p. 3.

¹¹⁵ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 01 nov. 2017.

¹¹⁶ NETO, F. F. J; CAVALCANTE, J. Q. P; FRACAPPANI, A. A prova testemunhal..., p. 5.

estado da pessoa, não se puder obter de outra forma a prova que o magistrado considere necessária ao julgamento do mérito, aquele que é parte na causa, aquele que intervém em nome de uma parte, como o tutor, o representante legal da pessoa jurídica, o juiz, o advogado e outros que assistam ou tenham assistido as partes. Por fim, são considerados como pessoas suspeitas os inimigos da parte ou seus amigos íntimos, ou que, por algum motivo, possuir interesse no litígio¹¹⁷.

Sobre o tema, os autores supracitados ressaltam que sendo absolutamente necessário, as testemunhas impedidas ou suspeitas poderão prestar depoimentos, contudo, conforme o parágrafo quinto do mencionado artigo, eles serão prestados independentemente de compromisso, e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer, ou seja, as testemunhas serão ouvidas apenas na condição de informantes¹¹⁸.

A esse respeito, Jose Aparecido ensina que “a ouvida de pessoas impedidas e suspeitas (art. 447, CPC) é faculdade exclusiva do juiz, hipótese em que serão ouvidas sem o devido compromisso”¹¹⁹. No entanto, para o ilustre magistrado, predomina o entendimento de que os absolutamente incapazes não poderão ser ouvidos, nem mesmo como informantes¹²⁰.

Notadamente, no âmbito do Direito Processual do Trabalho, Jose Aparecido preleciona que o fato da testemunha ter demanda trabalhista contra a empresa não constitui suspeição nem impedimento¹²¹. Nesse sentido a Súmula número 357, do Tribunal Superior do Trabalho: “Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador”¹²².

Na lição do mestre Amauri Nascimento “a solução depende do caso concreto, não podendo ser elaborada uma regra geral, porque é decisivo um aspecto, o interesse na solução da causa, incidente na proibição legal”¹²³. Segundo Nascimento,

¹¹⁷ BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Planalto. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em: 05 set. 2017.

¹¹⁸ NETO, F. F. J; CAVALCANTE, J. Q. P; FRACAPPANI, A. A prova testemunhal..., p. 5.

¹¹⁹ SANTOS, J. A. Teoria Geral das provas..., p. 595.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

¹²² BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 357. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-357 Acesso em: 04 out. 2017.

¹²³ NASCIMENTO, A. M. Curso de direito..., p. 557.

o magistrado deve agir com atenção, pois pode haver interesse quando os pedidos são idênticos, porém pode não existir quando diversos¹²⁴.

Da jurisprudência colhemos:

TRT-PR-11-04-2014 TESTEMUNHA. AÇÃO COM IDÊNTICOS PEDIDOS. INEXISTÊNCIA DE SUSPEIÇÃO. SÚMULA 357 DO C. TST. As hipóteses de impedimento e de suspeição de testemunha no âmbito do direito processual do trabalho são aquelas previstas no art. 829 da CLT e §§ 2º e 3º do art. 405 do CPC, subsidiariamente aplicável, não sendo verificada a suspeição em razão de litígio em face do mesmo empregador. O fato da testemunha manter ação em face da mesma empresa reclamada apenas evidencia o uso do direito de ação, constitucionalmente assegurado. Aplicação da Súmula 357 do C. TST. TRT-PR-02144-2012-654-09-00-4-ACO-11167-2014 - 4A. TURMA Relator: LUIZ CELSO NAPP Publicado no DEJT em 11-04-2014

Outra questão de igual reflexão se aplica ao preposto. Segundo Amauri Nascimento, se o preposto for entendido como representante legal de pessoa jurídica, o artigo 447, §2º, III, o impede, mas se o sentido for de representação estatutária não apresenta impedimentos¹²⁵. Sob outra perspectiva, não é possível trivializar a ponto de concluir que todo preposto tenha interesse na decisão das causas, pelo simples fato de ter sido preposto, o que pode acontecer, até mesmo, eventualmente ou uma única vez¹²⁶.

Vale destacar, neste ponto, por oportuno, a seguinte jurisprudência:

TRT-PR-15-05-2015 PREPOSTO COMO TESTEMUNHA DO EMPREGADO. POSSIBILIDADE. É nula a decisão que acolhe contradita de testemunha do empregado pelo fato de, anteriormente, ter participado como preposto da Ré. A hipótese não se enquadra no artigo 405, § 2º, II parte e § 3º, IV do CPC, pois o preposto, no caso, não é parte (a atuação do preposto em juízo trata-se de representação "sui generis", que não se confunde com a representação legal de pessoa jurídica a que se refere o Código Buzaid) e não é possível presumir que tenha interesse na causa. Referido interesse no objeto do litígio capaz de desmerecer a testemunha deve ser concreto e decorrer de relação jurídica que possa ter com quaisquer das partes, cujas declarações necessariamente tendem a garantir o direito consubstanciado na aludida relação e beneficiar o depoente. Recurso do Reclamante a que se dá provimento. TRT-PR-24229-2012-014-09-00-5-ACO-13773-2015 - 7A. TURMA Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES Publicado no DEJT em 15-05-2015

¹²⁴ NASCIMENTO, A. M. Curso de direito..., p. 557.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

Ainda, Amauri Nascimento pondera sobre o empregado que exerce cargo de confiança. Para o doutor em Direito, da mesma forma que não é razoável concluir que todo empregado que move reclamação contra empregador está proibido de depor o exerceste de cargo de confiança também não deve ser proibido só em razão do cargo que ocupa. Assim a solução deve pautar-se na existência ou não de interesse no resultado da lide, não sendo recomendável uma regra genérica¹²⁷.

Da mesma forma é o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme jurisprudência atual e reiterada:

TRT-PR-19-09-2017 BANCÁRIO - CERCEAMENTO DE DEFESA - NULIDADE PROCESSUAL - CARGO DE CONFIANÇA - ATUAÇÃO COMO PREPOSTO - PROVA TESTEMUNHAL - Não se pode admitir que o juízo de origem, a pretexto da testemunha exercer cargo de confiança ou ter atuado como prepostos da ré em outras esferas jurisdicionais, impeça a reclamada de ouvir suas testemunhas e de produzir provas de suas alegações, não havendo nesses casos suspeição ou impedimento. Tal proceder implica em franco cerceamento de defesa, que acarreta a nulidade processual. TRT-PR-09096-2014-013-09-00-2-ACO-28655-2017 - 6A. TURMA Relator: SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS Publicado no DEJT em 19-09-2017

Em última análise, é fato corriqueiro nas audiências trabalhistas, os réus apresentarem contradita por motivo de amizade íntima entre o autor e a sua testemunha. Diante disso, é adequado registrar nesse ponto a lição de Schiavi no sentido de que a relação de trabalho acarreta uma proximidade maior entre trabalhadores que exercem a mesma função, porém esta afinidade é própria da relação de emprego e não se confunde com a amizade íntima¹²⁸. De acordo com Giglio e Correa, "na prática, a amizade íntima somente se revela pelo compadrio, pelo hábito de um frequentar a casa dou outro, pelo costume de saírem juntos para se divertir, por terem emprestado dinheiro um ao outro etc "¹²⁹.

Por fim, convém notar que "o termo amigo, na linguagem vulgar, é de uso muito comum e, por isso, desvalorizado. Juridicamente, só a amizade íntima impede o testemunho" ¹³⁰. Assim, uma vez que, em uma empresa o convívio entre os

¹²⁷ NASCIMENTO, A. M. Curso de direito..., p. 557.

¹²⁸ SCHIAVI, Mauro. Aspectos polêmicos e atuais da prova testemunhal no processo do trabalho. p. 4. Disponível em: <http://cursos.lacier.com.br/artigos/periodicos/Aspectos%20polemicos%20e%20atuais%20DA%20PROVA%20TESTEMUNHAL%20NO%20PROCESSO%20DO%20TRABALHO.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

¹²⁹ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 241.

¹³⁰ Idem.

empregados é diário e estável, é comum que os indivíduos se considerem amigos, no sentido de conhecidos¹³¹.

Nessa linha, é o entendimento da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

TRT-PR-27-10-2015 SUSPEIÇÃO DE TESTEMUNHA. TROCA DE MENSAGENS. AMIZADE ÍNTIMA NÃO COMPROVADA. Não basta para configurar a amizade íntima entre reclamante e sua testemunha mera juntada de cópias de comunicações eletrônicas extraídas de mensagens ou rede social. Ou seja, deve-se demonstrar que realmente havia relação de amizade íntima para configurar ausência de isenção de ânimo que caracteriza a testemunha suspeita. (...) TRT-PR-33575-2013-011-09-00-6-ACO-30181-2015 - 4A. TURMA Relator: CÉLIO HORST WALDRAFF Publicado no DEJT em 27-10-2015.

Em virtude dessas considerações, é possível concluir que as hipóteses supramencionadas embora não impossibilitem o depoimento, podem interferir na valoração realizada pelo juízo.

4.2 PROCEDIMENTOS PARA A PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL

Neste tópico serão analisados três pontos: a convocação, o número e a inquirição das testemunhas.

Inicialmente, Teixeira Filho ensina que no sistema do Código de Processo Civil de 1973, as partes deveriam, no prazo que o magistrado designasse para a efetuação da audiência, apresentar para a secretaria o rol de testemunhas, informando-lhes o nome, a profissão, o domicílio e o local de trabalho. Havendo omissão por parte do juízo nessa designação, o rol deveria ser apresentado até dez dias antes da audiência, conforme o caput do artigo 407¹³².

Por outro lado, o Código de Processo Civil de 2015 alterou essa sistematização. Atualmente, o rol deve ser apontado em prazo comum, não inferior a quinze dias, contados da data da intimação do despacho judicial pronunciado no momento do saneamento e da organização do processo, estando assim, em conformidade com o artigo 357, parágrafo quarto¹³³.

¹³¹ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 241.

¹³² TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 314.

¹³³ Idem.

Ademais, em conformidade com o artigo 455 do Código de Processo Civil, é responsabilidade do advogado da parte informar ou intimar a testemunha, por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, sendo dispensada a intimação do juízo. A intimação necessitará ser feita por carta com aviso de recebimento, cabendo ao advogado anexar aos autos, com antecedência de pelo menos três dias da data da audiência, cópia da intimação e do comprovante de recebimento. Ainda, a parte pode se comprometer a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação, porém caso a testemunha não se apresente, se presume que a parte desistiu de sua inquirição. A intimação será feita pela via judicial apenas quando a intimação realizada pelo advogado tiver fracassado, desde que a sua necessidade seja devidamente demonstrada ao magistrado, quando a testemunha realizar servidor público ou militar e quando arrolada pelo Ministério Público. Ademais, a testemunha que, intimada pelo juízo, deixar de comparecer sem motivo justificado será conduzida e responderá pelas despesas do adiamento¹³⁴.

De outro lado, Teixeira Filho argumenta que “tal disposições do CPC, em alguns casos, vêm sendo aplicadas, em manifesto equivoco, no processo do trabalho como se a CLT não possuísse norma específica sobre a matéria”¹³⁵. Por seu turno, esclarece o mestre, que a Consolidação das Leis do Trabalho, em nenhum ponto, ordena que as partes apresentem em juízo o rol com as suas testemunhas, todavia não empeça que isso seja feito¹³⁶.

Diante disso, o referido autor esclarece que:

No processo do trabalho, as testemunhas, em regra, são apresentadas no dia da própria audiência, sem necessidade de qualquer nomeação anterior – salvo se houvesse pretensão de que fossem intimadas. Essa inexigibilidade do depósito prévio do rol, se, por um lado, dificulta à parte contrária oferecer contradita (pois não possui, naquele instante, elementos concretos ou precisos para comprovar as suas alegações de objeção), por outro, põe a testemunha ao largo de certas pressões ou assédios que lhe seriam feitos na hipótese de saber-se, com antecedência, o seu nome, endereço, local de trabalho, etc¹³⁷.

¹³⁴ BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Planalto. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htmAcesso em: 25 set. 2017.

¹³⁵ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 315.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

Por tais razões, Teixeira Filho chama a atenção para o fato de que o inesperado comparecimento na audiência das testemunhas não arroladas vem contribuído imensamente, para o processo de descobrimento da verdade, o que sem dúvidas não aconteceria, pelo menos não com a mesma força, se a parte contrária as conhecesse previamente¹³⁸.

Além disso, Teixeira Filho ressalta que a ausência de um rol prévio evita que as testemunhas, especialmente as do empregado, “sejam pressionadas por quem essa espécie de injunção aproveite, de tal modo que acabem se esquivando de depor sob qualquer pretexto, ou, depondo, venham a alterar ou calar a verdade dos fatos”¹³⁹.

Por fim, cumpre enfatizar, a respeito desse aspecto do tema, que na grande maioria dos casos, as testemunhas do empregado ainda possuem vínculo de emprego com a empregadora, conjectura em que, do ponto de vista dessa análise, teria resultados muito mais catastróficos com a sua identificação prévia através de um rol apresentado em juízo¹⁴⁰.

Quanto ao número de testemunhas no processo do trabalho, os mestres Giglio e Correa apontam que diferentemente do que ocorre no processo comum, na justiça do trabalho cada parte só pode designar e ouvir, no máximo, três testemunhas, salvo nos processos de rito sumaríssimo, quando o limite é de duas para cada parte. Além disso, no processo de inquérito para apuração de falta grave de empregados estáveis, esse número é elevado para seis¹⁴¹.

Ademais, os autores salientam que nos casos em que ocorre litisconsórcio passivo (quando a pluralidade de réus), cada uma delas poderá ouvir até três testemunhas (ou seis, em caso de inquérito). No entanto, isso não tem sido admitido quando há litisconsórcio ativo (pluralidade de autores), muito provavelmente porque os fatos a serem provados são os mesmos para todos os reclamantes. Contudo, lecionam Giglio e Correa, que no caso de ocorrer litisconsórcio ativo a solução

¹³⁸ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 315.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 239.

recomendável, na prática, será o desmembramento das reclamações, quando os fatos são diversos, em processos autônomos¹⁴².

Finalmente, o magistrado, em virtude da adoção do princípio inquisitório, não está restringido as testemunhas apresentadas pelas partes, podendo designar a inquirição de quantas testemunhas pretender, para o mais adequado esclarecimento¹⁴³. Assim, o juízo poderá ouvir como testemunhas as pessoas referidas pelas partes ou por suas testemunhas. É sobremodo importante assinalar, todavia, que a inquirição de testemunhas referidas é uma faculdade do magistrado, e, portanto, a recusa de requerimento nesse sentido não caracteriza qualquer cerceamento de defesa da parte¹⁴⁴.

Ao ensejo da conclusão deste item, cumpre examinarmos a produção da prova testemunhal que no processo do trabalho ocorre após o depoimento das partes, geralmente, durante a audiência de instrução. Aqui as testemunhas serão ouvidas separadamente e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, salvo inversão do ônus da prova, sendo tomado os devidos cuidados para que uma não ouça o depoimento das demais¹⁴⁵.

Sobre o ônus da prova, Giglio e Corrêa esclarecem que “no processo trabalhista devem ser chamadas para depor, inicialmente, as testemunhas da parte que tenha o maior ônus da prova, a título de celeridade processual”¹⁴⁶.

Antes de depor, toda testemunha deverá ser qualificada, “indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais”, conforme artigo 828 da CLT¹⁴⁷.

Ao citar Sergio Pinto Martins, os autores Neto, Cavalcante e Fracappani argumentam que a testemunha é obrigada a apresentar documento de identificação para que possa ser qualificada. Caso contrário, sua inquirição só será possível se a

¹⁴² GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 239.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Ibidem. p.240.

¹⁴⁵ NASCIMENTO, A. M. Curso de direito..., p. 558

¹⁴⁶ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Op. Cit., p. 245

¹⁴⁷ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 01 nov. 2017.

outra parte a conhecer, uma vez que a qualificação depende da comprovação da identidade da testemunha¹⁴⁸.

Cumprido observar, a respeito desse aspecto do tema, que o momento para contraditar a testemunha é depois da sua qualificação e antes do compromisso judicial. Segundo Neto, Cavalcante e Fracappani é “lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição”¹⁴⁹.

Se a testemunha negar os fatos que lhe são imputados, a parte que contraditou terá a possibilidade de provar a contradita através de documentos ou de testemunhas. Caso sejam provados ou confessados os fatos, o juiz dispensará a testemunha, ou lhe interrogará na qualidade de informante¹⁵⁰.

Segundo Giglio e Corrêa, após a qualificação o magistrado advertirá a testemunha de que deverá falar toda a verdade de que tiver conhecimento, sob a pena de responder pelo crime de falso testemunho¹⁵¹.

O magistrado questionará a testemunha sobre os fatos acertados, cabendo, as partes formularem perguntas tendentes a elucidar ou completar o depoimento. As perguntas que o juiz indeferir serão obrigatoriamente transcritas no termo, se a parte requerer¹⁵².

Nesse sentido, os referidos autores lecionam que:

Serão as testemunhas inquiridas pelo juiz e reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados, segundo dispõe o art. 820 da CLT, em texto carente de melhor técnica de redação. As perguntas formuladas pelas partes, seus representantes ou advogados, ao contrário, podem ser indeferidas pelo juiz, que não as proporá à testemunha. Sempre que não versarem matéria de fato controversa, pertinente e relevante, o juiz pode e deve indeferir perguntas, pois a ele cabe dirigir o processo e zelar pelo rápido andamento das causas (CLT, art. 765), prejudicado pelas perguntas inconsequentes. O Código de Processo Civil, ademais, concede ao juiz, expressamente, o poder de indeferir perguntas. Em caso de indeferimento, o juiz mandará consigná-las no termo, se a parte requerer (CPC, art. 416, §2º)¹⁵³.

Ademais, no procedimento ordinário trabalhista, os todos os depoimentos das testemunhas serão resumidos, devendo conter a assinatura do presidente do tribunal,

¹⁴⁸ NETO, F. F. J; CAVALCANTE, J. Q. P; FRACAPPANI, A. A prova testemunhal..., p. 6.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 244.

¹⁵² NETO, F. F. J; CAVALCANTE, J. Q. P; FRACAPPANI, A. Op. Cit., p. 6.

¹⁵³ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Op. Cit., p.245.

bem como a dos depoentes, conforme dispõe o artigo 828, parágrafo único da CLT: “os depoimentos das testemunhas serão resumidos, por ocasião da audiência, pelo secretário da Junta ou funcionário para esse fim designado, devendo a súmula ser assinada pelo Presidente do Tribunal e pelos depoentes”¹⁵⁴.

Já no procedimento sumário, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da ata a conclusão da vara quanto à matéria de fato, conforme o artigo 2º, §3º da Lei, nº 5.584 de 1970¹⁵⁵.

Quanto ao procedimento sumaríssimo, serão registradas, resumidamente, as afirmações fundamentais das partes e as informações necessárias para à solução da causa trazidas aos autos pela prova testemunhal, conforme o artigo 852-F da CLT: “na ata de audiência serão registrados resumidamente os atos essenciais, as afirmações fundamentais das partes e as informações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal”¹⁵⁶.

Por fim, Neto, Cavalcante e Fracappani afirmam que o indeferimento da prova testemunhal pelo juiz pode implicar no cerceamento do amplo direito de defesa, gerando, assim, uma nulidade processual, a qual deve ser arguida em razões de recurso ordinário pela parte interessada. Além disso, segundo os referidos autores, será coerente que a parte manifeste os seus protestos durante a audiência, para que, assim, evite a preclusão da matéria recursal, conforme o caput do artigo 795 da CLT¹⁵⁷: “as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos”¹⁵⁸.

¹⁵⁴ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 01 nov. 2017.

¹⁵⁵ Art. 2, [...] § 3º: Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato. (BRASIL, Lei, nº 5.584 de 1970)

¹⁵⁶ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 01 nov. 2017.

¹⁵⁷ NETO, F. F. J.; CAVALCANTE, J. Q. P.; FRACAPPANI, A. A prova testemunhal..., p. 6.

¹⁵⁸ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 01 nov. 2017.

No mesmo diapasão, tem sido o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. Buscando a celeridade e concentração dos atos processuais, vige no Processo do Trabalho o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias. Para garantir o debate futuro dessas decisões, a parte dispõe do protesto antipreclusivo. O artigo 795 da CLT preceitua que as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos. Na hipótese sob julgamento, a decisão do magistrado, tomada em audiência, de indeferir a produção de prova pericial é o típico caso de decisão interlocutória, sendo este o momento adequado de registrar o referido protesto. Não se realizando esse procedimento, como registrado no acórdão regional, não há que se falar em nulidade do julgado por cerceamento do direito de defesa, porquanto à parte foi oportunizada a possibilidade de registrar seu inconformismo com a decisão interlocutória, de modo que se operou a preclusão. Agravo de instrumento a que se nega provimento. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Do cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão regional, verifica-se que a irresignação da parte quanto ao tema revela-se inovatória. Agravo de instrumento a que se nega provimento. TST - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 4642020125050493 (TST)

4.3 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA TESTEMUNHA

Leciona Teixeira Filho, que a testemunha possui direitos e deveres perfeitamente identificáveis no ordenamento jurídico brasileiro¹⁵⁹. Assim, entre as principais obrigações é possível citar:

i) comparecimento em juízo: as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação, conforme o artigo 825, caput CLT. Além disso, por ser considerado um serviço público as testemunhas que não comparecerem serão intimadas, ex officio, ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva, além das penalidades do artigo 730 da CLT¹⁶⁰ caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação¹⁶¹;

¹⁵⁹ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 313.

¹⁶⁰ Art. 730 - Aqueles que se recusarem a depor como testemunhas, sem motivo justificado, incorrerão na multa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). (Vide Leis nºs 6.986, de 1982 e 6.205, de 1975) (BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho)

¹⁶¹ BRASIL. Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 01 nov. 2017.

ii) falar a verdade: a testemunha não poderá fazer afirmação falsa, ou negar a verdade ou calar a verdade, sob pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno. O fato deixa de ser punível se, antes da sentença, o agente se retrata ou declara a verdade, conforme artigo 342, do Código Penal¹⁶². De acordo com Neto, Cavalcante e Fracappani, esse dispositivo possui como objetivo proteger a administração da justiça, principalmente, o procedimento e a honradez na coleta das provas¹⁶³.

No que diz respeito aos principais direitos das testemunhas a doutrina apresenta:

i) ter o relato tomado pelo juízo: Segundo Neto, Cavalcante e Fracappani, no processo do trabalho não se admite que as perguntas sejam formuladas diretamente pelos advogados. Para os autores, o Brasil adotou o sistema inquisitivo na condução dos processos judiciais. Diante disso, a produção da prova deve ser realizada pelo magistrado, de forma que cabe a ele a elaboração de determinados esclarecimento¹⁶⁴;

ii) ser tratada com urbanidade pelas partes, por seus representantes ou advogados: Os questionamentos realizados que sejam considerados impertinentes, capciosos ou vexatórios devem ser indeferidos pelo juízo, podendo constar da ata o seu teor, desde que, requerido pela parte que o formulou¹⁶⁵;

iii) escusar-se de depor nas hipóteses do artigo 448, I e II do CPC¹⁶⁶: Trata-se de direito da testemunha em não ser obrigada a testemunhar sobre acontecimentos que lhe acarreta evidente dano ou ao cônjuge e parentes consanguíneos ou afins,

¹⁶² Art. 342 - Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. § 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. § 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade. (BRASIL. Código Penal).

¹⁶³ NETO, F. F. J.; CAVALCANTE, J. Q. P.; FRACAPPANI, A. A prova testemunhal..., p. 3

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Art. 448 - A testemunha não é obrigada a depor sobre fatos: I - que lhe acarretem grave dano, bem como ao seu cônjuge ou companheiro e aos seus parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau; II - a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo. (BRASIL. Código de Processo Civil).

em linha reta, ou na colateral em terceiro grau, bem como a matéria cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo; e

iv) não sofrer descontos de qualquer tipo em seu salário pelas faltas no serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento em juízo: De acordo com artigo 822 da CLT, a testemunha não poderá ser apenada pelo cumprimento do seu dever legal¹⁶⁷.

É pertinente, ainda, colacionar, acerca da presente questão, o entendimento de Teixeira Filho no sentido de que a previsão contida no artigo 462 do Código de Processo Civil¹⁶⁸ não deve ser acolhida pelo processo do trabalho, pois existiria uma incompatibilidade derivada “da presença do empregado na relação jurídica processual, a quem não se deve *impor* qualquer encargo de índole pecuniária, máxime se não previsto na CLT”¹⁶⁹.

4.4 FRAGILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL

De acordo com a grande maioria dos doutrinadores, a prova testemunhal é o meio mais inseguro no âmbito da justiça do trabalho. Entretanto, é o mais utilizado para demonstrar fatos controversos, pois vários fatores podem interferir na autenticidade do depoimento, uma vez que “ao presenciar os acontecimentos, as testemunhas, de uma forma ou de outra, participam deles, e, ao narrá-los, é inevitável imprimir-lhes, subjetividade, a sua perspectiva dos fatos”¹⁷⁰.

Nessa linha, dissertando a respeito da falibilidade da prova testemunhal no âmbito da Justiça do Trabalho, Santoro apresenta o entendimento de Sergio Pinto Martins no sentido de que: “a prova testemunhal é a pior das provas que existe, sendo considerada a prostituta das provas, justamente por ser a mais insegura”¹⁷¹.

A esse respeito, Nascimento apresenta o entendimento de Florian no sentido de que:

A testemunha não comunica a verdade objetiva, mas as suas próprias percepções e o processo informativo interno destas, pesando toda sorte de

¹⁶⁷ Art. 822 - As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas. (BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho)

¹⁶⁸ Art. 462 - A testemunha pode requerer ao juiz o pagamento da despesa que efetuou para comparecimento à audiência, devendo a parte pagá-la logo que arbitrada ou depositá-la em cartório dentro de 3 (três) dias. (BRASIL. Código de Processo Civil)

¹⁶⁹ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 314

¹⁷⁰ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 238.

¹⁷¹ SANTORO, G. H. A valoração das provas..., p. 50

defeitos em sua informação: defeitos de percepção, falta de reflexão crítica, impulsividade, pouca facilidade de relacionar uns fatos com os outros, falta de controle, escassa inteligência, defeitos de memória ou de narração, sem contar a falta de vontade em dizer a verdade¹⁷².

Ainda, a fragilidade dos testemunhos, não passa despercebida por Teixeira Filho quando afirma que os tempos mudaram, e conseqüentemente outros meios de prova surgiram e passaram a ser admitidos no mundo jurídico, como por exemplo as conversas por meio eletrônico, as redes sociais, etc. diminuindo, portanto, a dependência da prova testemunhal:

Essa profunda alteração quanto à importância da prova testemunhal para o processo proveio da constatação da sua falibilidade, da sua natureza condutível, plástica, segundo seja o interesse da parte em ver provados certos fatos, ainda que não tenham ocorrido. É possível falar-se, portanto, nos dias de hoje, em um desprestígio, um certo descrédito (inclusivo popular), nesse meio provativo, cuja causa Porras López atribui preponderantemente "a la crisis del régimen económico-social em el que vivimos". No que está certo¹⁷³.

Ao tratar do assunto Schiavi, embora reconheça a grande incidência da prova testemunhal no âmbito da Justiça do Trabalho, admite a fragilidade deste meio probatório:

Como todo o meio de prova que depende de percepções sensoriais do ser humano, a prova testemunhal é falível. Embora seja apontada como meio mais vulnerável das provas, ela ainda é preponderante, não só na Justiça Comum, mas principalmente da Justiça do Trabalho, onde a quase totalidade das controvérsias é atinente à matéria fática (horas extras, justa causa, equiparação salarial, etc.). Em razão disso, devem os operadores do Direito (juízes, procuradores e advogados) conviver com esse tipo de prova e procurar aperfeiçoá-la com técnicas de inquirição e principalmente desenvolver a cultura da seriedade e honestidade dos depoimentos¹⁷⁴.

O autor ainda chama a atenção para o fato de que o juiz, quando interrogar a testemunha, deve observar o seu comportamento, bem como a versão apresentada por ela, especialmente para verificar se a narrativa se adequa à realidade e aos demais elementos de prova:

Diante da importância da prova testemunhal para o processo do trabalho, deve o Juiz do Trabalho dar atenção especial ao colher o depoimento. Deve

¹⁷² NASCIMENTO, A. M. Curso de direito..., p.557.

¹⁷³ TEIXEIRA FILHO, M. A. A prova no processo..., p. 292

¹⁷⁴ SCHIAVI, M. Provas no processo..., p. 191

avaliar como a testemunha teve apreensão dos fatos, se de for, a direta ou por terceiros, se sua versão está compatível com os fatos declinados pela parte que a arrolou, o comportamento da testemunha ao depor (humilde, arrogância), a espontaneidade no depoimento, a tranquilidade, o nervosismo, a razoabilidade da versão, o grau de cultura, as circunstâncias em que presenciou o fato, a idade, etc¹⁷⁵.

Sobre o tema, vale destacar, ainda, o ensinamento de Marcelo Rodriguês Prata:

A prova testemunhal, entretanto, surge através das declarações de uma pessoa humana, e como tal não está isenta de apresentar seus mesmos vícios e virtudes. O medo amordaça a verdade. A mente muitas vezes prega peças. Tem-se por visto aquilo que não se viu. A memória trai o homem. As emoções turvam o raciocínio. A verdade - pregava Vieira - nem sempre é a que se sai da boca¹⁷⁶.

Finalmente, Santoro conclui que a fragilidade da prova testemunhal não pode passar despercebida pelo operador do direito. O autor argumenta que durante a valoração do conjunto probatório as ressalvas destacadas quanto ao teor do depoimento e a maneira com que se procedeu devem ser avaliadas pelo juiz, sob pena de haver um desvirtuamento dos fatos apresentados¹⁷⁷.

4.5 PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO

Giglio e Corrêa argumentam que “na ciência jurídica não existe regras tarifadas para amparar o intérprete na valoração dos depoimentos das testemunhas”. Portanto, diante da inconstância do comportamento dos indivíduos se torna necessário os conhecimentos das demais ciências, principalmente as noções da psicologia¹⁷⁸.

Antes de falar especificamente sobre a psicologia do testemunho, se torna necessária uma breve explicação sobre a psicologia e a psicologia jurídica em relação ao direito. Com efeito, Maria Adelaide de Freitas Caires argumenta que:

a psicologia, falando cientificamente, estuda o comportamento humano e os processos mentais, e tem um objetivo específico que é: entender por que as pessoas pensam, sentem e agem da maneira que o fazem. E no mundo jurídico, a psicologia objetiva a busca da verdade em que pode transcender os limites do indivíduo, e na psicologia propriamente dita focaliza seu mundo

¹⁷⁵ SCHIAVI, M. Provas no processo..., p. 215

¹⁷⁶ *Apud* SANTORO, Gabriel Henrique. A valoração das provas testemunhal e documental no processo do trabalho. Dissertação em Direito Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016, p. 49

¹⁷⁷ SANTORO, G. H. Op. Cit., p. 50.

¹⁷⁸ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 246.

interior, embora sem perder de vista o contexto em que a pessoa se situa. O direito busca a realidade dos fatos, enquanto a psicologia como já foi dito opera no campo da realidade psíquica dos envolvidos, portanto se ao direito interessa a verdade dos fatos (ou, ao menos a verdade do processo), à psicologia interessa a verdade percebida pelo indivíduo¹⁷⁹.

Para Reinaldo Pereira de Aguiar, a psicologia do testemunho, traduz-se no emprego dos conhecimentos psicológicos a serviço do Direito, uma vez que ela vai se dedicar na proteção da sociedade, bem como na defesa dos direitos do cidadão, através da perspectiva psicológica¹⁸⁰.

Segundo Neto, Cavalcante e Fracappani, a importância da psicologia do testemunho no processo do trabalho encontra fundamento na fragilidade da prova testemunhal, uma vez que, para os referidos autores, "da percepção do fato cognacente até a narração em juízo há inúmeros fatores biopsicológicos que podem distorcer a percepção do acontecimento, comprometendo a qualidade da prova"¹⁸¹.

Assim, para os referidos autores, diversamente dos demais meios de prova, "o testemunho está sujeito ao nível intelectual, à formação, conhecimentos prévios, expectativas, estereótipos, capacidade de memorização, emoção, forma com que os fatos são perguntados pelos magistrados e inúmeros outros fatores"¹⁸².

Diante disso, compete ao magistrado a sensibilidade para perceber quando a testemunha mente, ou quando apenas apresenta alguma deficiência biopsicológica, mas que fala a verdade¹⁸³. Ainda, os autores chamam a atenção para o fato de que a existência de pequenas diferenças no confronto entre o depoimento de duas ou mais testemunhas não possuem o potencial de afastar a validade da prova, mas, ao contrário, de torna-la válida, visto que não é razoável que várias testemunhas tenham precisamente a mesma percepção da realidade que as cerca¹⁸⁴.

A esse respeito, Giglio e Correa expõem que:

"No cortejo dos depoimentos das testemunhas, a uniformidade excessiva, até o ponto de serem repetidas as mesmas palavras e os mesmos

¹⁷⁹ *Apud* AGUIAR, Reinaldo Pereira de. Psicologia judiciária ou do testemunho. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,psicologia-judiciaria-ou-do-testemunho,37260.html>. Acesso em: 31 out 2017. p. 2.

¹⁸⁰ AGUIAR, R. P. Psicologia judiciária..., p. 2.

¹⁸¹ NETO, F. F. J; CAVALCANTE, J. Q. P; FRACAPPANI, A. A prova testemunhal..., p. 7.

¹⁸² *Idem*.

¹⁸³ *Idem*.

¹⁸⁴ *Idem*.

pormenores, indica testemunho "preparado", isto é, previamente combinado, subtraindo-lhe valor, como é evidente, vez que regra geral duas pessoas não vêem os fatos da mesma maneira, e muito menos o narram de forma idêntica. Pequenas discrepâncias quanto aos pormenores autenticam a prova testemunhal".¹⁸⁵

Enrico Altavilla destaca que "assim como não é possível que existam perfeitas identidades psicológicas, também é difícil obterem-se dois depoimentos não diferenciados por qualquer detalhe" ¹⁸⁶. Consequentemente, a presença de testemunhos com pequenos contrastes não os invalida, devendo o juiz observar outros critérios subjetivos presentes no momento da colheita da prova para a correta valoração quando da prolação da sentença¹⁸⁷.

Em relevante pesquisa sobre a psicologia do testemunho no processo do trabalho, Gustavo Carvalho Chebab argumenta que a psicologia do testemunho, através de um exame científico, "identifica as diversas espécies de testemunhas e de indagações, o modo de abordagem da testemunha, estratégias de intervenção, o comportamento e a linguagem não verbal utilizada durante o depoimento"¹⁸⁸.

Segundo Chebab existem diversos fatores que contribuem para a imprecisão da prova testemunhal, uma vez que "o fato é assimilado, apreendido, memorizado, acessado e exposto pela testemunha em juízo, ambiente que, muitas vezes, assusta-a e causa-lhe apreensão e ansiedade"¹⁸⁹. Diante disso, o referido autor leciona que em respeito aos princípios da oralidade e da imediatidade das provas e dos preceitos fornecidos pela Psicologia do Testemunho, o operador do direito, durante a valoração da prova, poderá dar maior eficácia probatória aos testemunhos que:

- a) A testemunha mostrou-se independente - por revelar grau elevado de isenção;
- b) A testemunha ficou mais próxima dos fatos - sua percepção e memorização. Salvo na banalização do fato controvertido, é mais acentuada;
- c) A testemunha que expôs os detalhes de forma mais rica e completa - pois demonstra elevado grau de percepção do acontecido;

¹⁸⁵ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. Direito processual..., p. 246.

¹⁸⁶ *Apud*, NETO, Francisco Ferreira Jorge; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; FRACAPPANU, Adriano. A prova testemunhal no processo do trabalho: Apontamentos doutrinários e jurisprudenciais. Jornal trabalhista. Brasília, v. 30, n. 1508, p.3-9, dez. 2013. p. 7.

¹⁸⁷ NETO, F. F. J; CAVALCANTE, J. Q. P; FRACAPPANI, A. Op. Cit., p. 7.

¹⁸⁸ CHEHAB, Gustavo Carvalho. A psicologia do testemunho no processo do trabalho. Revista Trabalhista: direito e processo. São Paulo, v8, n.30, p. 112-123, abr./jun. 2009. p. 122

¹⁸⁹ *Idem*.

- d) O relato tem menor grau de impressões pessoais - aspecto que revela menor subjetividade na exposição do fato e no preenchimento de lacunas da memória com opiniões próprias;
- e) Houve espontaneidade do relato - demonstra que a informação está gravada de maneira mais intensa pelo depoente;
- h) Há coerência - a coerência do testemunho se constitui em outra variável utilizada para avaliar sua credibilidade, seja em relação ao depoimento de uma testemunha ou à comparação de sua declaração com a de outros¹⁹⁰.

Em contrapartida, operador do direito poderá considerar com menor força os relatos:

- a) Feitos por testemunhas que se mostrou mais distante da dinâmica dos fatos - sua percepção e conhecimento dos fatos são menores;
- b) contraditórios - a testemunha que se contradiz revela, no mínimo, uma insegurança quanto à percepção do fato que narrou em juízo, aspecto suficiente a reduzir o valor da prova;
- c) apresentados por testemunhas hostil - revela que há pré-disposição a visualizar os fatos por um ângulo desfavorável a uma das partes;
- d) decorrentes de perguntas ou relatos preparados, disjuntivos ou indutivos - neste caso a testemunha não relata propriamente o que viu, mas o que uma das partes quer;
- e) com intenso grau de subjetividade - revelando que a testemunha declarou uma impressão pessoal de uma situação ou que incorporou elementos seus ao fato que presenciou¹⁹¹.

Assim, através dessas diretrizes, Chebab afirma que os operadores do direito possuem elementos científicos que podem contribuir para a inquirição das testemunhas, bem como na valoração da prova produzida, pois elas auxiliam o juiz a dar a devida validade ao testemunho, com o objetivo de, na mesma medida do possível, alcançar a pacificação social, pela justa prestação jurisdicional¹⁹².

¹⁹⁰ CHEHAB, G. C. A psicologia do testemunho..., p. 121.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Ibidem. p. 122

5 CONCLUSÃO

As provas, em geral, são fundamentais nas reclamações trabalhistas, pois é através delas que o juiz terá as melhores condições de formar seu convencimento e assim decidir o conflito de forma justa.

A produção da prova testemunhal é realizada em audiência e é aqui que o princípio da oralidade encontra seu ápice, uma vez que ele constitui um conjunto de regras destinadas a simplificar os procedimentos. Além disso, será no processo oral que o magistrado poderá acompanhar e analisar as reações psicológicas ou emocionais das testemunhas.

Portanto, com o estudo realizado, conclui-se que a prova possui função essencial ao longo do processo, pois é ela que vai nortear o magistrado para que forme seu convencimento em relação a verdade dos fatos alegados, visto que, a sentença deve ser motivada, de acordo com as provas produzidas.

Assim, com o presente trabalho, ficou evidente que, não é apenas arrolar as testemunhas e aguardar pelo seu depoimento em audiência, pelo contrário, existe um procedimento correto antes das audiências, como a necessidade do próprio advogado intimar/convidar as testemunhas, a quantidade de testemunhas de acordo com o rito da ação, e se existem motivos para contraditar a testemunha da parte contrária, bem como a importância das obrigações e direitos das testemunhas, pois de um lado possuem o dever de dizer a verdade sobre os fatos de que tem conhecimento e de outro o de se isentarem de depor, desde que de forma justificada.

Ademais, embora a prova testemunhal seja a mais utilizada, ela é considerada uma prova frágil estando sujeita a falibilidade, pois está exposta ao nível intelectual, capacidade de memorização e as emoções dos depoentes.

Diante disso, a partir das técnicas apresentadas pela psicologia do testemunho, é possível que os operadores do Direito identifiquem processos biopsicológicos, como a forma de expressão, o conteúdo de suas respostas e a maneira com que se porta diante do magistrado, das partes e de seus procuradores, bem como utilizem elementos úteis à valoração da prova produzida em juízo, tornando possível ter uma avaliação mais segura e mais próxima da realidade dos acontecimentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO. Francisco Rossal de. **A oralidade e o processo do trabalho**. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kH-xFB5q4E8J:www.trt4.jus.br/ItemPortlet/download/2410/05.A_oralidade_e_o_processo_do_trabalho.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 ago. 2017

AGUIAR. Reinaldo Pereira de. **Psicologia judiciária ou do testemunho**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,psicologia-judiciaria-ou-do-testemunho,37260.html>. Acesso em: 31 out 2017.

BRASIL. **Lei n. Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Institui o Código Penal. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm Acesso em: 01 nov. 2017.

_____. **Lei n.5.452, de 01 de maio de 1943**. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 25 ago. 2017.

_____. **Lei n. Lei n. 5.584, de 26 de junho de 1970**. Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5584.htm. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. **Lei n. 5869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Planalto. Brasília: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Planalto. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htmAcesso em: 05 set. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 222**. O princípio da identidade física do juiz não é aplicável às Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurispr>. Acesso em: 15 ago. 2017

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 136.** Não se aplica às Varas do Trabalho o princípio da identidade física do juiz - (cancelada). Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_101_150.html#SUM-136. Acesso em: 15 ago. 2017

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 338.** Jornada de trabalho. Registro. Ônus da prova. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-338. Acesso em: 11 nov. 2017

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 357** Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-357. Acesso em: 13 set. 2017.

CHEHAB, Gustavo Carvalho. **A psicologia do testemunho no processo do trabalho.** Revista Trabalhista: direito e processo. São Paulo, v8, n.30, p. 112-123, abr./jun. 2009.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**, v.3. 2ª ed. São Paulo. Edição Saraiva, 1965.

DUARTE, Bento Herculano. **Prova Judicial – Teoria geral.** Revista Fórum Trabalhista – RFT. Belo Horizonte, ano 2, n. 7, jul./ago. de 2013. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=97688>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FERNANDES, Juliano Gianechini. **Teoria geral da prova e prova no processo do trabalho - Aplicação subsidiária do processo civil na legislação trabalhista.** Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://online.sintese.com>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FAGUNDES, Amanda. **Princípio da oralidade e suas vertentes.** Março de 2013. Disponível em: <http://estudojustrabalhista.blogspot.com.br/2013/03/principio-da-oralidade-e-suas-vertentes.html>. Acesso em: 14 ago. 2017.

GIGLIO, Wagner D. CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. **Direito processual do trabalho.** 16ª ed. São Paulo, Saraiva, 2007.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 11ª ed. São Paulo, 2013.

MANSOLDO, Mary. **Verdade real versus verdade formal**. Abril 2010. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj028870.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

NASCIMENTO. Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 23ª ed. São Paulo, Saraiva, 2008.

NETO, Francisco Ferreira Jorge; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; FRACAPPANI, Adriano. **A prova testemunhal no processo do trabalho: Apontamentos doutrinários e jurisprudenciais**. Jornal trabalhista. Brasília, v. 30, n. 1508, p.3-9, dez. 2013.

OLIVEIRA, André Luís Moraes de. **O princípio da livre convicção motivada no processo do trabalho: a argumentação jurídica e o domínio da racionalidade do juízo de convencimento**. 256 páginas. Dissertação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PEGO, Rafael Foresti. **Ônus da prova**. Revista de Direito do Trabalho, vol. 135/2009, p. 166 – 173, Jul - Set de 2009.

RODRIGUES, Manuel Cândido. **A prova testemunhal no processo do trabalho**. Coletânea Doutrinária, outubro de 1999. Disponível em: https://www.plenum.com.br/Plenum_njp/lpext.dll?f=templates&fn=hitlist-rame.htm&2.0. Acesso em: 10 ago.2017

SALAZAR, Sabrina Gomes da Silva e Vitória. **A prova testemunhal e sua valoração: a influência psicológica da testemunha no processo do trabalho**. Revista Páginas de Direito, Porto Alegre, ano 15, nº 1279, 06 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.tex.pro.br/index.php/artigos/318-artigos-out-2015/7397-a-prova-testemunhal-e-sua-valoracao-a-influencia-psicologica-da-testemunha-no-processo-do-trabalho-1>. Acesso em: 30 set. 2017

SANTORO, Gabriel Henrique. **A valoração das provas testemunhal e documental no processo do trabalho**. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SHIGUEMORI, Gerson. **Material didático do curso de audiência trabalhista.** AASP. Disponível em: <http://www.oabmt.org.br/Admin//Arquivos/Documentos/201603/PDF25875.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **O princípio da oralidade no processo do trabalho.** Diário das Leis Trabalhistas, v.3, p.11 - 14, 2000. Disponível em: http://www.jorgesoutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/o_princ%C3%8Dpio_da_oralidade_no_processo_do_trabalho.pdf. Acesso em: 24 ago. 2017.

SANTOS, José Aparecido dos. **Teoria Geral das provas e provas em espécie.** In: ATHAYDE, Luciano Chaves. (Org.) Curso de processo do trabalho. São Paulo LTr, 2009.

SCHIAVI, Mauro. **Aspectos polêmicos e atuais da prova testemunhal no processo do trabalho.** Disponível em: <http://cursos.lacier.com.br/artigos/periodicos/Aspectos%20polemicos%20e%20atuais%20DA%20PROVA%20TESTEMUNHAL%20NO%20PROCESSO%20DO%20TRABALHO.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

_____. **Manual de Direito Processual do Trabalho. De acordo com o novo CPC.** 12ª ed. São Paulo. LTr, 2017.

_____. **Provas no processo do trabalho.** 5ª ed. São Paulo. LTr, 2017.

TEIXEIRA FILHO, Manuel Antonio. **A sentença no processo do trabalho.** 11ª ed. São Paulo, LTr, 2017.

_____, **A prova no processo do trabalho.** 11ª ed. São Paulo, LTr, 2017.

_____, **Curso de direito processual do trabalho.** Vol I. São Paulo, LTr, 2009.

RUIZ, Ivan Aparecido; ROSSANEIS, Ana Claudia. **Estudo crítico do princípio da oralidade no processo civil: releitura da utilização como instrumento de efetivação dos Direitos da Personalidade.** In: Celso Hiroshi Iocohama, Jânia Maria Lopes Saldanha, Flávia Leite. (Org.). Processo e Jurisdição I. 1ªed.FUNJAB. 2014, v. 1, p. 237-262.